

Certifico que hoje afixei o presente
EDITAL/AVISO/REGULAMENTO/INQUÉRITO
no Átrio dos Paços do Município.

Coimbra, 17/11/2008.....



Zulmira Gonçalves

Chefe de Divisão Administrativa
e de Atendimento

Zulmira Gonçalves

EDITAL Nº 215/2008

Carlos Manuel de Sousa Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o teor da acta da reunião da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 03/11/2008 e aprovada em 17/11/2008:

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 03/11/2008

Iniciada às 15H00 e encerrada às 21H00

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Intervenção do Senhor Presidente

Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DO DIA

I - FINANCEIRO

1. Situação Financeira
2. Ajuste directo simplificado n.º 100/2008 – serviços de transporte – ratificação

II - PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA MUNICIPAL

1. Vigilância e Prevenção Florestal 2008 – relatório final - conhecimento

III - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E POLITICA EMPRESARIAL

1. Mercado Municipal D. Pedro V – abertura excepcional do Mercado nos dias 1 e 8 de Dezembro

IV - APOIO ÀS FREGUESIAS

1. Protocolo de Delegação de Competências 2008 – Freguesia de Ribeira de Frades – alteração
2. Protocolo de Delegação de Competências 2008 – Freguesia de Santo António dos Olivais – alteração

V - CENTRO HISTÓRICO

1. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “F” do prédio urbano sito na Rua da Sofia, n.ºs 137, 139 e 141 - freguesia de Santa Cruz – ratificação
2. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “G” do prédio urbano sito na Rua da Sofia, n.ºs 137, 139 e 141 - freguesia de Santa Cruz – ratificação
3. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “H” do prédio urbano sito na Rua da Sofia, n.ºs 137, 139 e 141 - freguesia de Santa Cruz – ratificação
4. Reconstrução e construção de edifício – Rua Velha n.ºs. 7-9 / Travessa da Rua Velha, n.ºs 11-19 – Centro de Noite Telha Amiga – 2ª fase – Reprogramação temporal do projecto “Centro de Noite”
5. Repavimentação do Bairro Sousa Pinto e Arranjos Envolventes – adjudicação
6. Despachos relativos ao Gabinete para o Centro Histórico – Setembro – conhecimento

VI - PLANEAMENTO

1. Loteamento Coimbra inovação Parque – 1.ª Fase – aquisição de terrenos – Parcela 312

2. IP3 – COIMBRA (TROUPEMIL) / MEALHADA; IC2 – COIMBRA / OLIVEIRA DE AZEMÉIS (A32/IC2); IC3 COIMBRA / IP3 – ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL – CONSULTA PÚBLICA ENTRE 26-09-2008 E 10-11-2008
- VII - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA**
1. SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA CENTRO – LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO/PROJECTO DE ARQUITECTURA – RUA ANTERO DE QUENTAL – REGS. N.º 10942 E 12544/2008
 2. ANTÓNIO AUGUSTO GARIZA MARQUES PINTO – LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO – PALHEIRA – REG. N.º 32010/2006
 3. JOAQUIM ANTUNES DOS SANTOS, CONSTRUÇÕES S.A. – RECTIFICAÇÃO DO N.º DO ALVARÁ CONSTANTE DA INFORMAÇÃO N.º 1691 DE 05/08/2008 – RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO - QUINTA DAS LÁGRIMAS – REGS. N.ºS 13411/2008 E N.º 6512/2008
 4. LABURCOL – SOCIEDADE DE EMPREEDIMENTOS URBANÍSTICOS, LD.º – ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 523 – REDUÇÃO DE CAUÇÃO – REG.º. N.º 6629/2008
 5. SILVIRES – CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, LD.º – SUBSTITUIÇÃO DE TÉCNICO E ADITAMENTO / ALTERAÇÕES AO PROJECTO VIÁRIO – RUA LOURENÇO CHAVES DE ALMEIDA – REGS. N.ºS. 9590/2008 E 12805/2008
 6. URBISIDRO – CONSTRUÇÕES, LD.º – PROJECTO VIÁRIO / EMPARCELAMENTO – RUA BRIGADEIRO CORREIA CARDOSO – REGS. N.ºS. 896/2008, 6387/2008 E 8082/2008
 7. POLOMONDEGO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LD.º – ADITAMENTO/ALTERAÇÕES AO LOTEAMENTO – RUA BRIGADEIRO CORREIA CARDOSO – REG.º. N.º 12913/2008
- VIII - EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA**
1. TRANSPORTES ESCOLARES 2008/2009 – NOVAS CANDIDATURAS, ALTERAÇÕES E RECLAMAÇÕES
 2. JUNTA DE FREGUESIA DE CEIRA – TRANSPORTE
 3. DELEGAÇÃO DO CENTRO DA ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA – DR CENTRO – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
- IX - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER**
1. ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – PAVILHÃO MULTIDESPORTOS – ISENÇÃO DE TAXAS
 2. OLIVAIAS FUTEBOL CLUBE – PAVILHÃO MULTIDESPORTOS – ISENÇÃO DE TAXAS
 3. SPORT CLUB CONIMBRICENSE – ARRANJOS NA COBERTURA DO PAVILHÃO – APOIO
 4. JUDO CLUBE DE COIMBRA – CAMPEONATO DO MUNDO DE JUNIORES – APOIO
 5. CENTRO SÓCIO-CULTURAL POLIVALENTE DE S. MARTINHO – PERDÃO DE DÍVIDA
 6. CLUBE DE BILHAR DE COIMBRA – SUPERTAÇA NACIONAL DE BILHAR – APOIO
 7. INSTITUTO NACIONAL PARA APROVEITAMENTO DOS TEMPOS LIVRES DOS TRABALHADORES (INATEL) – TORNEIO DE DIVULGAÇÃO – COMPLEXO OLÍMPICO DE PISCINAS – ISENÇÃO DE TAXAS
 8. CLUBE NÁUTICO ACADÉMICO DE COIMBRA (CNAC) – TORNEIO SHIGEO TSUKAGOSHI – COMPLEXO OLÍMPICO DE PISCINAS – ISENÇÃO DE TAXAS
 9. EQUIPA DE VOLEIBOL DA AAC E SECÇÃO DE DESPORTOS NÁUTICOS DA AAC – TRANSPORTES
 10. SECÇÃO DE BASQUETEBOL DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – TRANSPORTES
 11. PROJECTO TRAMPOLIM – COMPLEXO DE PISCINAS RUI ABREU – ISENÇÃO DE TAXAS
- X - HABITAÇÃO**
1. REALOJAMENTO DO AGREGADO FAMILIAR DE MARIA ADÉLIA SERRA FERNANDES – BAIRRO DO INGOTE – LOTE 26, 3.º ESQ.
 2. PROGRAMAS RECRIA E SILARH – EDIFÍCIO SITO NA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, N.º 53 – COMPARTICIPAÇÃO
 3. RECONSTRUÇÃO DE 13 HABITAÇÕES NO BAIRRO DE CELAS – TRABALHOS A MAIS
 4. ORDEM DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO – RATIFICAÇÃO
- XI - CULTURA**
1. APOIO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL 2008
 2. OBRAS EDITADAS PELO MUNICÍPIO – ATRIBUIÇÃO DE VALOR
 3. GRUPO FOLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE CEIRA – TRANSPORTE
 4. QUALIFICA – CONSTITUIÇÃO FORMAL
 5. JANGADA – COOPERATIVA PROFISSIONAL DE TEATRO, CRL – CANCELAMENTO DE ESPECTÁCULO “OS FILHOS DO ESFOLADOR”
- XII - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**
1. PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA VIGORAR EM 2009
- XIII - AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.**
1. PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2009
 2. PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA VIGORAR EM 2009
- XIV - ASSUNTOS DIVERSOS**

1. **Universidade de Coimbra – protocolo de colaboração**
2. **Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro – venda de acções da Lusitaniagás**
3. **Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego**

XV - (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

A reunião iniciou-se com a presença de:

Vice-Presidente: João José Nogueira Gomes Rebelo
Vereadores: Marcelo Nuno Gonçalves Pereira
 Luís Nuno Ranito da Costa Providência
 Mário Mendes Nunes
 Horácio Augusto Pina Prata
 Álvaro Santos Carvalho Seco
 Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Dr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Patrícia Silveira, Técnico Superior de 2ª Classe, coadjuvada por Romina Ferreira Caetano, Assistente Administrativo.

Verificou-se a ausência da Sra. Vereadora Maria Fernanda Santos Maçãs, tendo o Executivo deliberado por unanimidade justificar a respectiva falta.

O Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Victor Baptista e Luís Vilar entraram posteriormente como adiante se fará referência.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Sr. Vice-presidente

1. Pedido de agendamento de processos não incluídos na ordem do dia

O Sr. Vice-presidente deu início à sessão explicando que o Sr. Presidente estava numa cerimónia com o Sr. Secretário de Estado da Saúde no Pavilhão Centro de Portugal mas que chegaria a qualquer momento.

Intervenção do Sr. Vereador Gouveia Monteiro

1. Protocolo com a ACIC

O Sr. Vereador solicitou informações acerca de um processo discutido e votado já em reunião de câmara e que se prende com a cedência à ACIC de um terreno na margem esquerda, no âmbito do Polis, para instalação de um pavilhão de exposições. A sua intervenção vem a propósito de mais uma “iniciativa abarracada” (Festa do Livro) na Praça da República e da necessidade de se prever, num protocolo a assinar com a ACIC por causa desse pavilhão, a cedência do espaço à Autarquia para iniciativas tais como a Feira do Livro, a Festa do Livro, a Feira de Artesanato, entre outras. Na sua opinião, esta solução traria para a frente ribeirinha as ditas iniciativas, tendo as vantagens óbvias de evitar gastos em “tendas dispendiosas com ambiente de estufa” e de atrair a população àquela zona da cidade.

2. Estádio Cidade de Coimbra – Judo e Atletismo

Explicou que as associações de judo e de atletismo estão em dívida para com a AAC/OAF mas, em boa verdade, “são o símbolo do não congelamento total futebolístico do Estádio Cidade de Coimbra”, e isso deve ser tido em conta, deve salvaguardar-se a utilização daquele equipamento por outras modalidades desportivas. Julga que a CMC terá assumido a despesas respeitante à manutenção dessas actividades mas há um problema: se não há contas e o OAF vai assumindo

despesas, a Câmara não transfere para o OAF e, qualquer dia, “temos uma situação de expulsão desses dois símbolos” por ruptura entre os vários organismos desportivos.

3. Manutenção de espaços verdes

A segunda questão que o Sr. Vereador entendeu colocar ao Sr. Vereador Luís Providência prende-se com a manutenção dos espaços verdes da cidade. Assim, disse que numa das últimas reuniões do grupo de trabalho do Planalto do Ingote foi confrontado com a informação de que a Câmara Municipal de Coimbra, por razões orçamentais, teria prescindido de fazer contratos de manutenção de espaços verdes com empresas. Só no Planalto, informou, há 11 mil metros quadrados de espaços verdes, com as naturais dificuldades de manutenção que a Divisão de Espaços Verdes tem transmitido. A esse respeito, apercebeu-se, na última alteração orçamental, que havia um reforço para pagamento de serviços respeitantes à contratação de uma empresa de espaços verdes para a Quinta da Romeira. Sendo vizinho da Quinta da Romeira, folga em ver as áreas ajardinadas bem cuidadas mas entende que cidade é cidade, ou seja, o Planalto do Ingote não é menos cidade, todos os espaços merecem o mesmo tipo de tratamento. Em suma, gostaria de saber se, nas zonas em que não há jardineiros da Autarquia, se adoptará uma lógica de contratação privada. Salientou não ter nada contra, caso seja este o entendimento, até porque há muita gente que, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, por exemplo, faz formações na área da jardinagem e precisa de emprego. Apenas gostaria que lhe fosse explicitado o critério aplicado.

4. Toponímia

O Sr. Vereador disse que quando foram inauguradas várias ruas nos bairros que constituem o Planalto do Ingote, foram prontamente colocadas as respectivas placas. Agora, decorre a fase de atribuição de números de polícia e sucede que as ruas que já tinham topónimos mais antigos não têm placa, por oposição às novas. Assim, solicitou que a mesma prontidão seja aplicável, de modo a homogeneizar todas as ruas do Planalto.

Intervenção do Sr. Vereador Mário Nunes

1. Toponímia

Em resposta à interpelação do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, disse que já foram colocadas parte das placas a que este se refere e que as restantes o serão brevemente. Acrescentou que o I Congresso Nacional de Toponímia, organizado pela Câmara Municipal de Coimbra, conta já com a inscrição de cerca de 40 Autarquias, num total de 130 participantes. No âmbito desta iniciativa, realizar-se-á sábado, as 12h30, uma homenagem ao decano da Toponímia de Coimbra, Dr. Alberto Vilaça, em que será orador o Dr. Pedro Pita e que decorrerá na casa onde o homenageado viveu até falecer.

2. Tsunami no Sri Lanka – apoio

O Sr. Vereador informou que decorre um projecto de apoio/intercâmbio entre Portugal e o Sri Lanka, que surge na sequência de uma missão humanitária em que participaram duas psicólogas de Coimbra, realizada em Fevereiro de 2008 no distrito de Batticaloa, após o tsunami que assolou a região em Dezembro de 2004. Em resultado dos contactos estabelecidos, uma delegação de 16 crianças (as melhores alunas de duas escolas de Batticaloa) e respectivas professoras visitaram Coimbra nos dias 24 e 25 de Outubro, tendo sido recebidos na Casa Municipal da Cultura, onde trocaram lembranças e contactaram um pouco com o povo e a cultura portuguesas.

3. Edições da Câmara Municipal de Coimbra

O Sr. Vereador deu conta do lançamento, na próxima quarta-feira, pelas 18h, de duas obras emblemáticas para a cidade: mais uma edição do Arquivo Coimbrão e os Anais, que já não eram publicados há 27 anos.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Prémios da Federação Portuguesa de Remo

O Sr. Vereador informou que no passado sábado a Federação Portuguesa de Remo entregou, em Lisboa, os prémios para as melhores equipa feminina e masculina, e campeão nacional, sendo que os três prémios foram entregues à Secção de Desportos Náuticos da Associação Académica de Coimbra, o que considera um motivo de regozijo para a Cidade e o resultado de uma aposta forte que o Município tem feito nesta modalidade.

2. Estádio Cidade de Coimbra – Judo e Atletismo

Relativamente à interpelação do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, disse que as situações do Judo e do Atletismo no Estádio Cidade de Coimbra estão já a ser estudadas e há inclusivamente um parecer do Gabinete Jurídico da Autarquia que diz, fundamentalmente, que quanto às áreas cedidas, poderá e/ou deverá ser a CMC a cobrar uma verba de utilização, se assim o entender; quanto aos consumíveis, se houver alguém que possa cobrar deverá ser a AAC/OAF. No entanto, explicou, esta leitura não é unânime. Há quem entenda que, subjacente ao acordo estabelecido em 2004, são direitos de exploração do estádio, o OAF ficaria obrigado a suportar também este tipo de despesas. Disse ter alguma dificuldade em aceitar esta interpretação mas que as duas solicitações que fez de pareceres ao GJC sobre o protocolo, até hoje não tiveram resposta por parte daquele Gabinete. Assim, escusou-se a quaisquer tipo de interpretações até que o GJC possa dar os pareceres solicitados, adiantando que o texto do protocolo deixa um “vazio” até 2014 que lhe levanta dúvidas quanto ao futuro das duas modalidades referidas – Judo e Atletismo, e quanto ao que se pode ou não exigir à AAC/OAF. Julga haver já um acórdão produzido pelo Tribunal Administrativo, do qual desconhece ainda o conteúdo, que talvez possa ajudar o GJC da Autarquia a dar o seu parecer. Exemplificou o problema dizendo que há inclusivamente um problema de acesso às salas cedidas pelo Município ao Judo e ao Atletismo, uma vez que há portas fechadas à chave que limitam o acesso, a horas diferentes do expediente deles.

3. Manutenção de espaços verdes

Relativamente a este assunto, entende que a CMC tem de assumir, como aliás o DAQV já vem fazendo, que as parcerias com instituições – há alguma tradição com a APPCDM mas está-se a procurar manter também com a Associação Integrar – devem aumentar cada vez mais. O número de trabalhadores da Divisão de Espaços Verdes diminuiu, nos últimos anos, por oposição à área verde a tratar, que segundo o Sr. Vereador aumentou substancialmente. Em 2009 o Orçamento irá prever uma verba maior para a contratação de empresas especializadas na construção e manutenção de relvados e jardins. Quanto à questão específica do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, explicou que houve em determinada altura uma intervenção do próprio Departamento de Habitação que se traduziu na contratação de POC's destinados ao arranjo e manutenção de espaços verdes, que foram coordenados pela DEV, pelo que a zona do Planalto tem, em seu entender, uma cobertura em termos de pessoal superior à da maioria das zonas verdes da cidade. Na sua opinião, trata-se apenas de um problema de articulação, se houver necessidade de ajustar os procedimentos no Planalto do Ingote, isso será feito. E lembrou que a Câmara tem realizado um conjunto de intervenções significativas naquela zona da cidade, de que são exemplo a recuperação da rotunda entre a Rua Cidade de Yeroslav e o Bairro da Rosa e, no lado oposto da Rua Cidade de Yeroslav, o arranjo de toda aquela área verde, criada e arranjada pela DEV.

Terminou frisando que ou há abertura para a contratação de pessoal desta área por parte da Autarquia (e não apenas jardineiros mas também quadros técnicos superiores), ou tem de se encarar seriamente esta possibilidade de contratação externa, para o que será necessário prever tal solução no orçamento de 2009. “As áreas que estão à minha guarda debatem-se, actualmente, com uma enorme falta de recursos humanos. Devo dizer que qualquer um dos meus antecessores trabalhou com um número substancialmente maior de pessoas do que as que tenho hoje para colaborar comigo e as exigências não são menores”, lamentou. E, a título de exemplo, referiu a saída da Técnica Superior responsável pelo Plano de Acção Municipal sobre RSU's para a Câmara Municipal de Lisboa, sem o seu conhecimento e sem que tenha sido preparada a sua substituição.

Intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco

1. Estádio Cidade de Coimbra – Judo e Atletismo

Não se opondo ao que foi dito pelos Srs. Vereadores Gouveia Monteiro e Luís Providência, quis frisar que o Estádio Cidade de Coimbra nunca será um bom local para o Atletismo, “os conflitos não-de ser permanentes e penso que foi uma má opção a colocação da pista”, defendeu. Ao invés, abordaria a questão de outro modo, chamando à resolução do problema a existência de um Centro de Alto Rendimento em que fosse construída uma pista de atletismo, Centro esse que poderia ser ou aquele que já foi proposto pela Câmara ou o que também á se anunciou para o Estádio Universitário de Coimbra. Actualmente, a pista do ECC não tem zona para lançamentos, zona para aquecimento, um conjunto de requisitos fundamentais para que ali possa haver alta competição.

O Sr. Vereador Luís Providência interveio para esclarecer que a abordagem que tem sido feita é conjunta com a Federação Portuguesa de Atletismo (FPA). Elogiou o papel do Exmo. Sr. Presidente, Dr. Fernando Mota e restantes técnicos da FPA, que têm levado a Câmara à necessidade de tomada de duas decisões: uma no Estádio, já que a FPA considera que o ECC tem condições únicas no país para a prática de atletismo e, em particular, para a competição em pista (havendo já o compromisso de se a CMC decidir recuperar a pista serem feitos campeonatos nacionais de clubes em Julho do próximo ano em Coimbra); por outro lado, a FPA solicitou à Autarquia que o Centro de Alto Rendimento viesse a integrar uma zona dedicada ao treino de especialidades técnicas tais como o salto em comprimento, triplo salto, salto em altura, salto à vara e, também, uma pista para velocidade (semelhante ao que se faz em pista coberta). Frisou ainda que a recuperação do Estádio Universitário de Coimbra depende apenas da vontade do Governo fazer o que fez com o Estádio Universitário de Lisboa.

Nesta altura passou a fazer parte dos trabalhos o Sr. Presidente.

Intervenção do Sr. Vice-presidente

1. Rede Ferroviária de Alta Velocidade

O Sr. Vice-presidente informou os Srs. Vereadores de que irá realizar-se uma reunião de trabalho, no próximo dia 10, no Salão Nobre, para a qual foram convidados todos os presidentes das Juntas de Freguesia abrangidos pela reformulação do traçado da Rede Ferroviária de Alta Velocidade, onde será feita a apresentação, pela RAVE, da Linha de Alta Velocidade e aquilo em que interfere com Coimbra e a sua estação.

2. Protocolo com a ACIC

Em resposta ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro, disse que está em preparação, conjuntamente com a ACIC e o Exploratório, o estudo do projecto, que, como se exigiu na altura, deverá ser comum e com qualidade, possibilitando uma boa integração naquela zona ribeirinha da margem esquerda. Há também uma tentativa de candidatura do equipamento a fundos comunitários mas o Sr. Vice-presidente escusou-se a pormenorizar o ponto da situação actual, visto não ter consigo o processo, e comprometendo-se a prestar mais esclarecimentos numa próxima reunião. Concordou que a ocupação da Praça da República tem de ser cada vez mais limitada pelo que urge encontrar uma alternativa, que passará por este futuro equipamento.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro disse que gostaria de perceber melhor a questão do Estádio. Segundo o contrato de cedência firmado com a AAC/OAF, a Autarquia cedeu o conjunto do Estádio com uma reserva para o Município relativamente a estas duas associações – Atletismo e Judo. A cedência do espaço é clara, o que não está claramente especificado é o conjunto de despesas de funcionamento. E é aqui que o Sr. Vereador entende ser necessário a CMC intervir, porque há responsabilidades que não estão previstas nem no contrato de cedência nem em qualquer outro documento e é importante garantir a viabilidade da permanência dessas duas modalidades no ECC.

Intervenção do Sr. Vereador Pina Prata

1. Recursos Humanos do Município

O Sr. Vereador Pina Prata disse o seguinte: “eu gostaria de fazer três questões. Uma é uma situação que já vem de trás e que tem a ver com os Recursos Humanos. Eu pedi ao Dr. Marcelo, como tem vindo a suceder em relação à Câmara, não numa vertente global e não me entregaram os elementos todos, mas solicitei via Câmara em 30-06-2008 e em Julho de 2008 que me fosse conferida toda a documentação relativamente aos concursos, critérios, grelhas, critérios de avaliação e eventual homologação da Câmara, mas também dos SMTUC, da Águas de Coimbra, EM e da Turismo de Coimbra, EM. E portanto, tendo alguns elementos da Câmara, faltam-me os elementos que solicitei dentro das competências que me estão legalmente atribuídas e conferidas por mandato e, portanto, da parte da Águas de Coimbra não me foi dado nada, dos SMTUC também não foi dado nada e do Turismo também não me foi dado nada. E portanto, como da Câmara chegaram – faltando alguns que eu gostaria que fossem de acordo com o que aqui é pedido, que me chegassem os documentos relativamente a esta situação e vou passar a pôr na acta exactamente o que pedi na altura e mais uma vez vou enquadrar este documento que são a documentação dos concursos, os critérios de seriação, as grelhas, os critérios de avaliação, eventual homologação, concursos abertos e anulados, contratos feitos, nos SMTUC e em duas empresas municipais e o restante da Câmara.

2. Apresentação semestral de resultados das empresas municipais

“A segunda questão tem a ver com como tem sido abordado e na sequência do que eu apresentei também em Junho e Julho através de requerimentos que foram solicitados das Águas de Coimbra e dos SMTUC, e que muito bem vieram à reunião passada, que é a questão do que obrigatoriamente as empresas municipais e as entidades participadas têm que fazer chegar à Câmara que é, por um lado, de três em três meses, a entrega dos documentos técnico – financeiros, e estranhando porque é que hoje vem à Câmara as Águas e os SMTUC e estranhando porque é que não vem a empresa municipal de turismo, porque acho que é uma empresa integrante do acesso das diferentes entidades e, por isso, como não tem sido cumprido por parte da Turismo de Coimbra, EM a entrega dos relatórios trimestrais e dos balanços intercalares e demonstração de resultados gostaria que me fosse facultada essa situação e que fosse a próxima reunião da Câmara – Dr. Marcelo Nuno era importante que, por parte da TC, EM que viessem esses elementos à Câmara. E, por outro lado, também onde a Câmara tem uma participação qualificada, que é o ITAP, que já há uma série de anos parece que não apresenta contas ao Município, pelo menos as notas que eu tenho é nesse sentido e, portanto, gostaria que, como aliás foi feito em relação a outras entidades, e muito bem, o Dr. Marcelo Nuno estabeleceu isso, que em relação à questão do ITAP e da TC, EM seja cumprido, e pelo princípio da transparência dos serviços financeiros e de relacionamento entre a Câmara Municipal e o próprio ITAP, e, por outro lado, a questão do Turismo, EM. até para

cumprimento da questão dos balanços intercalares, em relação às empresas municipais. É estranho e é uma pergunta que faço: por que é que todos os orçamentos e planos de actividades vêm à Câmara e a TC, EM não vem. É por alguma razão: ou é porque não apresentaram ou é porque acham que não devem apresentar.

Intervenção do Sr. Presidente

O Sr. Presidente pediu desculpa pelo facto de não poder ter participado nos minutos iniciais da reunião, uma vez que estava a receber o Sr. Secretário de Estado da Saúde no Pavilhão Centro de Portugal.

ORDEM DO DIA

PONTO I - FINANCEIRO

I.1. Situação Financeira

Foi presente o balancete referente ao dia 31 de Outubro de 2008, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 5.297.563,48€ (cinco milhões duzentos e noventa e sete mil quinhentos e sessenta e três euros e quarenta e oito cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 3.407.853,58€ (três milhões quatrocentos e sete mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 1.889.709,90 € (um milhão oitocentos e oitenta e nove mil setecentos e nove euros e noventa cêntimos).

Deliberação n.º 6249/2008 (03/11/2008):

- **Tomado conhecimento.**

I.2. Ajuste directo simplificado n.º 100/2008 – serviços de transporte – ratificação

O Departamento de Desporto solicitou a aquisição de serviços de transporte para atletas pertencentes à Secção de Futsal da AAC/OAF a Rio de Mouro, Portela, Vila Verde, Olivais e Cacém.

Assim, com base na informação n.º 41742, de 24/10/2008, da Divisão de Património e Aprovisionamento, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6250/2008 (03/11/2008):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 27/10/2008, que adjudicou os seguintes serviços de transporte dos atletas da Secção de Futsal da AAC/OAF:**
 - ETAC – Empresa de Transportes António Cunha, SA
25 de Outubro – Rio de Mouro (Sintra) e regresso – 450,00 € (IVA incluído)
20 de Dezembro – Cacém (Sintra) e regresso – 450,00 € (IVA incluído)
 - Moisés Correia de Oliveira – Gestão Inov. Transportes, Lda.
8 de Novembro – Portela (Loures) e regresso – 400,00 € (IVA incluído)
6 de Dezembro – Olivais (Lisboa) e regresso – 425,00 € (IVA incluído)
 - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra
15 de Novembro – Vila Verde (Sintra) e regresso – 402,68 € (IVA incluído)

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO II - PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA MUNICIPAL

II.1. Vigilância e Prevenção Florestal 2008 – relatório final – conhecimento

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** disse que, até ao final do mandato, se sentirá muito próximo desta área, pelo que intervirá sempre que entender oportuno. Assim, são referidas duas áreas – vigilância e prevenção florestal. Os objectivos da primeira forma, na sua opinião, bem conseguidos: foram detectados 45 focos de incêndio, extintos 17 fogos nascentes e, aspecto curioso, foram detectados 8 fogos em concelhos de Condeixa, Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo e Penacova. Face aos dados, entende que o sistema e dispositivo de vigilância foram bem montados, razão pela qual foram cumpridos os objectivos. Quanto à silvicultura preventiva, o relatório conclui que os resultados obtidos “não cumprem na totalidade os principais objectivos estabelecidos nos normativos legais, que eu acho que são extremamente difíceis de cumprir”, defendeu.

Relembrou ao Sr. Presidente que continua preocupado com a questão da limpeza em torno do aeródromo, já que além dos riscos de incêndio há também as questões de segurança específicas de um aeródromo.

Relativamente a este assunto foi presente o Relatório Final referente à Vigilância e Prevenção Florestal 2008, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 6251/2008 (03/11/2008):

- **Tomado conhecimento**

PONTO III - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E POLITICA EMPRESARIAL

III.1. Mercado Municipal D. Pedro V – abertura excepcional do Mercado nos dias 1 e 8 de Dezembro

Tem-se verificado, nos anos anteriores, a abertura excepcional do Mercado Municipal D. Pedro V nos feriados de Dezembro (dias 1 e 8) e, como compensação, o encerramento do mesmo nos dias seguintes ao Natal e ao Ano Novo, à semelhança do que acontece com o comércio tradicional.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6252/2008 (03/11/2008):

- **Autorizar a abertura excepcional do Mercado Municipal D. Pedro V nos feriados de 1 e 8 de Dezembro do corrente ano, bem como, em compensação, o encerramento do mesmo nos próximos dias 26 de Dezembro e 2 de Janeiro, de acordo com a informação nº 42175, de 29/10/2008, do Mercado Municipal D. Pedro V.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IV - APOIO ÀS FREGUESIAS

IV.1. Protocolo de Delegação de Competências 2008 – Freguesia de Ribeira de Frades – alteração

A Junta de Freguesia de Ribeira de Frades solicitou a alteração ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais de 2008, por a EDP ir substituir luminárias na Rua 15 de Agosto, local onde estava prevista fazer instalação de luminárias de vapor de sódio.

Assim, e por ser justificável o pedido de alteração apresentado e dele não resultar acréscimo de encargos para o Município, tendo por base a informação n.º 42401, de 23/10/2008, do Gabinete de Apoio às Freguesias, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6253/2008 (03/11/2008):

- **Autorizar as seguintes alterações ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais para 2008 à Junta de Freguesia de Ribeira de Frades:**

Anular a acção:

- Instalação de luminárias de vapor de sódio 3.000,00€

Nova acção:

- Execução de passeadeiras sobre-elevadas nos seguintes arruamentos: 3.000,00€

Rua Pedro Rodrigues dos Santos – frente ao café Franco;

Rua Pedro Rodrigues dos Santos – frente à Escola Primária;

Rua Pedro Rodrigues dos Santos – frente à Casa Ripesca Santiago;

Rua General Humberto Delgado – junto ao abrigo dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, logo a seguir à passagem superior;

Rua General Humberto Delgado – junto à passadeira já existente, logo a seguir ao cruzamento para S. Bento, Casais do Campo;

Rua de Santa Eufémia;

Rua do Rebolim.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.2. Protocolo de Delegação de Competências 2008 – Freguesia de Santo António dos Olivais – Alteração

A Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais solicitou a alteração ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais de 2008 por uma das acções que se encontrava programada ter sido objecto duma empreitada por parte da Câmara Municipal

Assim, e por ser justificável o pedido de alteração apresentado e dele não resultar acréscimo de encargos para o Município, tendo por base a informação n.º 42410, de 29/10/2008, do Gabinete de Apoio às Freguesias, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6254/2008 (03/11/2008):

- **Autorizar as seguintes alterações ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais para 2008 à Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais:**

Anular a acção:

- Alargamento do Cemitério de Santo António dos Olivais – 1ª fase 44.126,53€

Novas acções:

- Arranjo das instalações de apoio ao Cemitério 12.478,78€

- Pavimentação e arranjo do Fontanário no Chão do Bispo 9.002,91€

- Aquisição de equipamento para execução das Limpezas na Freguesia 22.644,84€

Valor total 44.126,53€

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura passaram a fazer parte dos trabalhos os Srs. Vereadores Victor Baptista e Luís Vilar.

PONTO V - CENTRO HISTÓRICO

V.1. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “F” do prédio urbano sito na Rua da Sofia, n.ºs 137, 139 e 141 - freguesia de Santa Cruz – ratificação

Para este assunto, e de acordo com a informação n.º 1539, de 23/10/2008, do Gabinete para o Centro Histórico, e parecer do Director do mesmo Gabinete de 23/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6255/2008 (03/11/2008):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 24/10/2008, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “F” do prédio urbano sito na Rua da Sofia n.ºs 137, 139 e 141, freguesia de Santa Cruz, em Coimbra, descrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo n.º 2391, pelo valor de 72.000,00€ (setenta e dois mil euros), nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.2. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “G” do prédio urbano sito na Rua da Sofia, n.ºs 137, 139 e 141 - freguesia de Santa Cruz – ratificação

Para este assunto, e de acordo com a informação n.º 1538, de 23/10/2008, do Gabinete para o Centro Histórico, e parecer do Director do mesmo Gabinete de 23/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6256/2008 (03/11/2008):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 24/10/2008, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “G” do prédio urbano sito na Rua da Sofia n.ºs 137, 139 e 141, freguesia de Santa Cruz, em Coimbra, descrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo n.º 2391, pelo valor de 90.000,00€ (noventa mil euros), nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.3. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “H” do prédio urbano sito na Rua da Sofia, n.ºs 137, 139 e 141 - freguesia de Santa Cruz – ratificação

Para este assunto, e de acordo com a informação n.º 1540, de 23/10/2008, do Gabinete para o Centro Histórico, e parecer do Director do mesmo Gabinete de 23/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6257/2008 (03/11/2008):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 24/10/2008, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “H” do prédio urbano sito na Rua da Sofia n.ºs 137, 139 e 141,**

freguesia de Santa Cruz, em Coimbra, descrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo n.º 2391, pelo valor de 63.000,00€ (sessenta e três mil euros), nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.4. Reconstrução e construção de edifício – Rua Velha n.ºs. 7-9 / Travessa da Rua Velha, n.ºs 11-19 – Centro de Noite Telha Amiga – 2ª fase – Reprogramação temporal do projecto “Centro de Noite”

Para este assunto foi presente a informação n.º 587/08, de 15/04/2008, do Gabinete para o Centro Histórico, que se transcreve:

“A empreitada em referência foi adjudicada à empresa Construtora Pinheirense, Lda., por Deliberação Camarária de 04/06/07, pelo valor de 336 265,08 € mais IVA, com o prazo de execução de 270 dias seguidos e tendo a consignação dos trabalhos sido realizada em 02/10/2007, a conclusão dos trabalhos estava prevista para 28/06/2008.

Relativamente ao assunto, temos a informar o seguinte:

Com a consignação desta empreitada efectuada na data indicada, os trabalhos deveriam ter-se iniciado no dia imediato, data em que começou a contagem do prazo de execução. Porém, devido a demora por parte do Instituto Português de Arqueologia (IPA) na autorização/creditação do técnico de arqueologia para acompanhamento da obra, o empreiteiro só deu início aos trabalhos da empreitada em 15/10/2007, situação que veio originar o conseqüente atraso.

Tendo sido realizados os previstos trabalhos de movimento de terras para execução de fundações, veio a verificar-se que em algumas zonas do terreno, a escavação necessária para a implantação das sapatas de fundação, para além de ir a uma cota inferior às fundações de algumas das paredes existentes (paredes da fachada poente), também noutras o terreno se apresentou com características imprevistas (estratos de terra vegetal), que não sendo suposto existirem ou verificarem-se, não foram consideradas no cálculo do Projecto de Estabilidade do edifício a reconstruir/construir nesta empreitada.

Porque as situações referidas conflituavam com a estabilidade e segurança do edifício a construir nesta empreitada, bem como com os edifícios contíguos (nomeadamente o localizado a nascente), foi consultado o Departamento da Universidade de Coimbra -“ITeCons”, (entidade consultora da Câmara Municipal de Coimbra), que depois de análise “in situ” (conjuntamente com o Autor do Projecto de Estabilidade) “no sentido de garantir a estabilidade da parede de alvenaria que confina com o edifício contíguo junto à zona onde está prevista a realização de uma escavação com dimensões de 16 m² de área e com 2 m de profundidade, para execução da fundação da caixa do elevador do edifício” e “evitar assentamentos diferenciais significativos que possam provocar, nomeadamente, a instabilização das paredes de fachada em alvenaria” propôs no seu relatório a “realização de duas ou três sondagens para avaliar a capacidade de suporte dos solos de fundação”, para posterior revisão do cálculo estrutural do edifício a efectuar pelo técnico autor do Projecto de estabilidade.

Consultado para o efeito, o Laboratório de Geotecnia do Instituto Pedro Nunes “IPN Labgeo”, veio a efectuar as referidas sondagens, tendo o respectivo relatório originado a citada revisão do cálculo estrutural do edifício, da qual resultou uma nova solução de fundações (ensoleiramento geral), que também originou as conseqüentes demoras.

Também no sentido de consolidar e reforçar as paredes das fachadas do edifício foram propostas pelo -“ITeCons” no seu relatório, a realização de diversos trabalhos a mais, que igualmente tiveram que ser objecto de dimensionamento por parte do Autor do Projecto de Estabilidade e cujos elementos posteriormente foram sendo enviados ao empreiteiro para apresentação de propostas de execução desses trabalhos de espécie diversa dos previstos contratualmente, tendo face às particularidades técnicas de execução dos referidos trabalhos, sido acordado com o mesmo uma prorrogação do prazo de execução da empreitada, de 140 (cento e quarenta) dias, que se propõe seja aprovada, conforme Programa de Trabalhos que se anexa, o que leva a que o prazo de conclusão da empreitada passe a ser 15 de Novembro de 2008.

Os trabalhos da empreitada decorrem nesta data em bom andamento, tendo o empreiteiro manifestado já verbalmente, ser seu propósito ter a obra concluída antes da data acima referida.

Mais se informa que em 29 de Fevereiro de 2008 (Auto n.º 5), se encontravam já realizados/facturados trabalhos desta empreitada no valor de 68 150,20 €, valor este que ultrapassou naquela data o estipulado superiormente, (50 000,00 €) que obrigatoriamente deveria ser atingido até 30/03/2008, para se garantir/assegurar o financiamento aprovado no âmbito do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. (POEFDS).

A situação actual da empreitada e a justificação do atraso que se verifica na mesma, é o que levamos ao conhecimento de superior.”

Este assunto foi ainda objecto do seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 18/04/2008:

“Concordo, no pressuposto de que não houve prejuízo no financiamento da obra.”

Face ao exposto e após análise do processo o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6258/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar as propostas constantes da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.5. Repavimentação do Bairro Sousa Pinto e Arranjos Envolventes – adjudicação

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** questionou o fundamento de um projecto tão dispendioso, o da repavimentação e arranjos envolventes de uma extensão de cerca de 70m. Explicou que a Câmara pôs a concurso por 400 mil euros e a proposta apresentada fica apenas 21 euros abaixo do limite máximo dos 25%. Nesse sentido, gostaria de conhecer melhor o processo para perceber se se justifica um valor tão elevado. Meio milhão de euros em recuperação parece-lhe demasiado. Se se tratasse do edificado, era diferente, há ali muitos edifícios a necessitarem, mas trata-se de pavimentação e espaços envolventes e “não é todos os dias que nós fazemos uma adjudicação de meio milhão de euros”, frisou.

O Sr. **Presidente** explicou que o projecto não se limita ao Bairro de Sousa Pinto, estende-se a toda a zona envolvente, até às Escadas Monumentais. Acresce que aquele foi objecto do programa PRAUD e, portanto, aquilo que agora se completa são os arranjos exteriores que fazem parte do programa de recuperação do bairro. Informou ainda que esta obra será financiada em 70% pelo QREN (no programa de ligação entre Cidade e Universidade).

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** disse que, segundo entende do resumo do projecto, há uma componente de pouco mais de um quarto de pavimentos e outra, muito importante, de águas pluviais, infra-estruturas eléctricas, plantações, demolições e diversos.

Relativamente a este assunto, e nos termos da informação nº 1570, de 29/10/2008, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6259/2008 (03/11/2008):

- **Adjudicar a empreitada “Repavimentação do Bairro Sousa Pinto e Arranjos Envolvente” à firma “Civilvias – Construção e Vias, Ldª.” (Proposta Condicionada), pelo valor de 500.148,78 € (quinhentos mil cento e quarenta e oito euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA, com o prazo de execução de 180 dias, incluindo sábados, domingos e feriados, devendo a respectiva consignação ser efectuada no prazo de 10 dias após o Visto do Tribunal de Contas;**
- **Designar o Director do Gabinete para o Centro Histórico representante da Câmara Municipal de Coimbra na assinatura da consignação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V. 6. Despachos relativos ao Gabinete para o Centro Histórico – Setembro – conhecimento

Para este assunto foi presente a informação nº 1558, de 28/10/2008, do Gabinete para o Centro Histórico, que dá conta dos despachos proferidos pelo Sr. Presidente, relativos àquele Gabinete, durante o mês de Setembro de 2008, cuja relação, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6260/2008 (03/11/2008):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO VI - PLANEAMENTO

VI.1. Loteamento Coimbra inovação Parque – 1.ª Fase – aquisição de terrenos – Parcela 312

Relativamente a este assunto e de acordo com a informação nº 41404, de 22/10/2008, da Divisão de Informação Geográfica e Solos, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6261/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar a celebração de Escritura de Compra e Venda entre o Município de Coimbra e os proprietários da parcela 312, com a área de 2.213,00 m2, que confronta de norte com Maria da Conceição da Rosa Mano, de sul com Maria dos Anjos Rebelo, de nascente com Vítor Salgado Simão Sequeira e de poente com Silvino Pimenta Santos, correspondente ao prédio rústico situado em Gândaras, pertencente a Hermínia Morais**

Borrvalho, viúva e Maria Morais de Freitas, divorciada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 7306/20080618 da Freguesia de S. Martinho do Bispo, inscrito na matriz predial sob o n.º 5434;

- **Aprovar a Planta Cadastral e a compra da parcela referida no ponto anterior, pelo valor de €7.745,50 (sete mil, setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos), a Hermínia Morais Borrvalho, viúva e a Maria Morais de Freitas, divorciada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.2. IP3 – Coimbra (Troxemil) / Mealhada; IC2 – Coimbra / Oliveira de Azeméis (A32/IC2); IC3 – Coimbra / IP3 – Estudo de Impacte Ambiental – Consulta Pública entre 26-09-2008 e 10-11-2008

O Sr. **Vice-presidente** explicou que este processo diz respeito ao parecer que a Câmara pretende transmitir no âmbito da discussão pública de avaliação de impacte ambiental relativamente ao traçado do IP3 – auto-estrada e IC2 – Oliveira de Azeméis, bem como do IC3. No fundo, o conjunto de vias incluídas na concessão e que são objecto desse parecer. Disse que teve a preocupação de articular esta matéria com as juntas de freguesia envolvidas e que hoje mesmo reuniu com elas novamente, salientando o consenso claro entre as posições das juntas e a da Autarquia. E sintetizou as questões essenciais que o parecer contempla.

Em primeiro lugar, Ligação IC2 – Coimbra – Oliveira de Azeméis, que é simultâneo, de Troxemil para Norte com o IP3 auto-estrada para Viseu. Relativamente a este troço, o Sr. **Vice-presidente** entende que serão atendidas as principais reivindicações que o Município tem vindo a fazer ao longo dos anos. Concretamente, o facto da requalificação do IC2 se fazer a partir do Nó do Almegue (e só para exemplificar, disse que um estudo aponta para uma afluência de 90 mil veículos diários na Ponte Açude, o que significa que esta está no limite da sua capacidade). Por outro lado, é contemplada no estudo a alteração dos nós da Pedrulha e Fornos, que precisavam de ser corrigidos. O Nó da Pedrulha tem o problema de articulação com o Anel da Pedrulha mas também aquilo que há-de ser a Estação de Coimbra B ou a Nova Estação de Alta Velocidade. Quanto ao Nó dos Fornos, será corrigido um aspecto crítico em época de cheias: ele está invertido, isto é, a funcionar como barragem em que só passa água em processo de laminagem quando atinge a quota 18. Com a sua inversão, vai passar em viaduto, garantindo a capacidade de escoamento adequada. No troço para Norte, vale a pena sublinhar que praticamente em toda a extensão haverá duas por três faixas e que, dos dois traçados presentes no estudo de impacte ambiental, o Município defende que seja adoptada a solução 1, que se aproxima do Botão e da futura Penitenciária.

Relativamente ao IP3, as questões que se colocam são as seguintes: o Município tem duas ou três preocupações chave. A primeira é que não está bem resolvida a articulação do IC3 com o IP3 actual (leia-se: IC6 para a Covilhã). Ou seja, estando reconhecido no próprio QREN que a ligação Coimbra – Covilhã é prioritária (é um dos dois únicos projectos referenciados no QREN), deverá o Nó reconhecer essa mesma importância de articulação. O segundo aspecto é que o Município considera que a via, no IC3, deve constituir-se como uma grande variante Sul – Nascente a Coimbra. Para tal, do ponto de vista da Autarquia a proposta carece de algumas melhorias, nomeadamente a criação de dois nós para servir as populações abrangidas e para garantir que efectivamente quem vem, por exemplo, de Tomar ou de Penela para a cidade utilize este espaço que se articule expressamente. Tratam-se de cinco freguesias abrangidas: S. Paulo de Frades, Brasfemes, Torre de Vilela, Souselas e Botão, num total de mais de 25 mil pessoas afectadas que têm de ter acessos condignos, frisou. Assim, entende que falta um nó que esteja na zona de Brasfemes – Torre de Vilela, e que sirva também Souselas. Será um nó muito importante igualmente para Penacova, porque algumas freguesias daquele concelho utilizam ainda esta estrada como acesso a Coimbra. Outro aspecto que entende não estar resolvido é o da ligação a Eiras, à variante de Eiras, que já está, em parte, executada. A terceira observação é que, entre os dois canais, a Câmara e as juntas de freguesia entendem que a solução que melhor serve as populações é a 2, ou seja, a que passa mais perto das povoações, nesta lógica do IP3, sendo uma estrada nacional, não deixar de ser um sistema circular externo de Coimbra (aquilo a que se pode chamar uma rede circular regional de Coimbra). Quanto ao Nó de S. Romão, é necessário garantir uma ligação mais próxima na zona do Tovim, sob pena de quem se desloca de Sul para Norte dificilmente chegar ali para voltar para trás, ou seja, a tendência que terá, vindo de Sul, quebrar na Portela. Acresce que não há articulação destes nós com a rede viária local e, portanto, S. Paulo de Frades e Eiras não estão, por ali, servidos. Outro tipo de correcções a introduzir, estas mais de pormenor, são as que se prendem, por exemplo, com o facto da via, em S. Paulo de Frades, passar demasiado próximo da Igreja e da Junta de Freguesia. O Nó que ligará Torre de Vilela, Souselas e Brasfemes não está previsto mas é entendimento da Câmara e das Juntas que deve ser executado.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** questionou sobre a travessia do Rio e do Choupal; o problema do volume de demolições, que se estranha que não seja previsto, não apenas junto à Estação Velha mas a comparação do volume de demolições necessárias numa e noutra solução.

O Sr. **Vice-presidente** respondeu que a questão das demolições deve ser, obviamente e em qualquer projecto, bem identificada – daí a chamada de atenção da Câmara neste estudo. No entanto, defende que há situações em que é preferível demolir uma casa e adoptar uma solução correcta do ponto de vista técnico do que fazer um muro de betão e ter-se uma casa a 5 ou 6 metros da estrada, como muitas vezes acontece. Na sua opinião, o problema das demolições deve ser acautelado da melhor maneira. E deu o exemplo das casas junto à actual Estação Velha, que poderão vir a ser

afectadas, pelo que “é preferível assumir isso e clarificar desde já, senão se calhar vamos para uma solução complicada de tentar proteger a casa”.

O atravessamento do Mondego, por seu turno, parece-lhe o correcto: está a montante da Ponte, numa área que na verdade não tem sido utilizada pelo Choupal, e parece-lhe difícil qualquer outro canal.

O Sr. Vice-presidente afirmou ainda que a articulação IP3 – IP6 como IC3 tem de ter uma solução que respeite a importância do IC6 mas o que é dito no parecer é que se não for possível fazê-la nessa parte, ao menos se garanta, no N6, a articulação local (em Souselas).

O Sr. Vereador Pina Prata disse o seguinte: “Já agora só queria pormenorizar aí essa questão da plataforma logística porque não vejo aqui saída de nó nenhum, onde é que está?”, questão à qual o Sr. Vice-presidente respondeu indicando em planta o local de onde sairá o acesso à Plataforma Logística e à Penitenciária.

Para este assunto foi presente a informação nº 66, de 30/10/2008, da Divisão de Ordenamento e Estratégia, que se transcreve:

“Está a decorrer no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do estudo prévio do projecto “IP3- Coimbra (Troxemil) / Mealhada; IC2 – Coimbra / Oliveira de Azeméis (A32/IC2); IC3 – Coimbra/IP3”, decorrendo a respectiva consulta pública entre 26-09-2008 e 10-11-2008.

O estudo prévio está subdividido em 3 trechos:

O trecho 1 corresponde ao traçado do IC2 entre o N6 do Almegue e o N6 de Troxemil e coincide com o corredor existente. Neste trecho prevê-se a construção de uma nova ponte sobre o Mondego, a introdução de um meio-nó na zona da Estação Velha, a reformulação do N6 da Pedrulha, a reformulação do N6 dos Fornos e o alargamento do perfil transversal para 2x3 vias de tráfego. A reformulação do N6 da Pedrulha consiste na transformação do nó actual numa rotunda desnivelada, conforme previsto no estudo prévio do “Anel da Pedrulha”. A reformulação do N6 dos Fornos consiste na inversão do funcionamento do nó: o IC passa à cota alta, sendo as ligações locais estabelecidas à cota baixa (ao contrário do que se verifica actualmente, em que o IC passa à cota baixa).

O trecho 2 é um trecho mais complexo, porque nele se interligam três projectos rodoviários. No entanto podem-se considerar 2 sub-trechos principais: o IC2/IP3- Troxemil /Mealhada e o IC3-Coimbra/IP3. Para o primeiro, em que os traçados do IC2 e do IP3 são coincidentes, são equacionadas 3 soluções de traçado, com perfil transversal de 2x3 vias. Apenas na parte inicial deste sub-trecho, os traçados do IC2 e IP3 são separados. A Solução 1 afasta-se do actual traçado do IP3 na zona de Souselas, segue paralelamente à Linha do Norte, contorna Pampilhosa do Botão por nascente e continua para norte na direcção da Mealhada. A Solução 2 afasta-se do traçado actual do IP3 aproximadamente no mesmo ponto da solução 1, aproxima-se do traçado da actual EN1/IC2 e contorna a Mealhada por sul/nascente, juntando-se à solução 1. Finalmente, a Solução 3 pode-se considerar uma mistura das outras soluções, já que aproveita parte dos seus traçados: inicialmente coincide com a solução 1 e na zona da Marmeleira do Botão abandona este traçado para passar a coincidir com a solução 2 até ao seu final.

Para o sub-trecho correspondente ao IC3, são apresentadas 2 soluções alternativas de traçado, com perfil transversal 2x2 vias. A Solução 1 passa pela zona a nascente das povoações da Rocha Nova, S. Paulo de Frades, Vilarinho, Brasfemes e Outeiro do Botão, ligando depois a qualquer das soluções do IP3/IC2. A Solução 2 passa mais perto de Eiras, contorna Brasfemes e Outeiro do Botão por poente, ligando depois também a qualquer das soluções do IP3/IC2.

O trecho 3 corresponde ao IC2 entre Mealhada e Oliveira de Azeméis e desenvolve-se totalmente fora do Município de Coimbra.

(Anexam-se plantas para melhor compreensão dos traçados)

Analisadas todas as soluções de traçado, propõe-se transmitir à Agência Portuguesa do Ambiente as seguintes observações:

Trecho 1 – IC2 (entre o N6 do Almegue e o N6 de Troxemil):

Nova Travessia sobre o Mondego - regista-se, com bastante agrado, a previsão de uma nova travessia sobre o Rio Mondego, que funcione como alternativa à Ponte Açude. Garante-se, assim, que não se verifiquem interferências entre o tráfego regional e o tráfego urbano. Alerta-se, no entanto, para a necessidade de articulação com os traçados previstos para a Rede de Alta Velocidade, que também prevêem atravessar o Rio Mondego em local próximo. Considera-se também que se conseguiria reduzir o impacte desta obra caso o seu traçado fosse paralelo à ponte ferroviária da Linha do Norte (existente).

a) Meio-nó na zona da Estação Velha – embora seja mais uma questão de projecto de execução, fica o alerta para a necessidade de se prever, também, a reformulação da rotunda existente na confluência das antiga EN1, EN111-1 e EM 537.

b) Estranha-se que o presente estudo não considere qualquer demolição na zona onde a nova ponte amarra no traçado actual do IC2, uma vez que aí existem construções praticamente encostadas à via.

c) N6 da Pedrulha – regista-se o acolhimento da sugestão feita, em tempo, pela Câmara Municipal de Coimbra às Estradas de Portugal, para a reformulação do N6 da Pedrulha, passando a funcionar como uma rotunda desnivelada. Este nó passará a ter uma importância acrescida, uma vez que será o principal acesso à Nova Estação Ferroviária de Coimbra, que inclui a Estação da Rede de Alta Velocidade. Alerta-se para a ligação à rede viária local, designadamente à EM 537,

onde dificilmente se conseguirá ligar à rotunda existente, o que poderá implicar a construção de um troço do “Anel da Pedrulha” até ao nó seguinte.

d) Nó dos Fornos – considera-se muito positiva a alteração prevista de inverter o funcionamento do nó, deixando o IC de constituir um obstáculo ao escoamento das águas em situação de cheia. Julga-se que a travessia do Vale dos Fornos deverá ser efectuada à custa de um maior comprimento da obra em viaduto e reduzindo a dimensão dos aterros, procurando minimizar os seus impactes.

e) Relativamente a este trecho, coloca-se a dúvida sobre quem terá a responsabilidade de proceder à demolição dos actuais viadutos que ligam o IC2 à Ponte Açude...

Trecho 2 – IC3 Coimbra / IP3:

Esta via sempre foi entendida como uma variante sul-nascente a Coimbra. Para cumprir esta função, é fundamental que seja dada uma atenção especial aos nós de ligação com a rede viária local/estruturante, existente ou prevista. Não é demais lembrar que esta via, no município de Coimbra, para além da ligação à Cidade de Coimbra, atravessa outras Freguesias a que corresponde uma população superior à de muitos concelhos servidos pelo IC3. Assim:

a) O corredor que se considera mais favorável para Coimbra é o que corresponde à Solução 2, por ser aquele que melhor servirá as populações das freguesias de Eiras, São Paulo de Frades, Torre de Vilela, Brasfemes, Souselas e Botão.

b) “Nó de Ligação com a Circular Externa de Coimbra” – insiste-se na necessidade de se estudar um nó que deverá localizar-se o mais próximo possível da “Circular Externa de Coimbra” para que o troço do IC3 entre a Rotunda da Portela e este nó funcione de forma complementar à “Circular Interna de Coimbra”. Este troço, caso persistissem apenas os nós previstos no estudo, teria cerca de 7 quilómetros, em território coincidente com a Cidade de Coimbra, sem qualquer ligação/articulação viária e só com tráfego de atravessamento. Trata-se de um nó fundamental para assegurar os acessos à nova Estação Ferroviária, à Margem Esquerda e à Figueira da Foz (para quem circule no IC3).

c) “Nó com a Variante a Eiras” – deverá ser prevista a sua construção para servir as freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades (17964 habitantes – censos 2001). Pretende-se que este nó ligue à designada “Variante a Eiras”, que tem a 1ª fase já concluída, estando a 2ª fase em projecto de execução.

Caso se verifique a impossibilidade de se construir este nó, deverá, pelo menos, garantir-se que o “ramo A+B” do nó designado por “Nó de Ligação da Sol.2 (IC3) com a Circular Externa de Coimbra” se articula com a rede viária local.

d) “Nó de Brasfemes” – considera-se imprescindível prever a construção de um novo nó na zona de Brasfemes, articulado com a rede local, de modo a servir o conjunto das freguesias de Brasfemes, Souselas e Torre de Vilela (população residente de 6139 habitantes – Censos 2001 e intensa actividade industrial) e ainda alguns lugares do concelho de Penacova que actualmente utilizam a rede viária local para aceder à cidade de Coimbra. A importância atribuída a este nó é tal que se considera que, mesmo que o corredor escolhido fosse o correspondente à solução 1, dever-se-ia prever um nó nesta zona.

e) “Nó com o IP3 (actual)/IC6” – estranha-se que o nó proposto com o actual IP3/IC6 seja uma solução de nível. O IC6, ligação de Coimbra à Covilhã, é considerada uma obra extremamente importante pela CCDR-C e assumida pelo Estado como uma obra estratégica, não sendo aceitável que deixe de ser tratado com a importância que lhe é reconhecida, passando a ter nós de nível. Aliás, procurando evitar a introdução de um novo nó a apenas 600 metros de outro já existente (Nó de Souselas), sugere-se em esboço anexo, uma solução em que o Nó do IC3 se articula com a antiga EN 336 (a melhorar), estabelecendo ligação quer com a rede local, quer com o Nó de Souselas, podendo ainda funcionar como um acesso alternativo para a futura penitenciária a construir na freguesia do Botão (Mata de S. Pedro).

f) Verifica-se que o traçado indicado passa demasiado próximo da sede da Junta de Freguesia de S. Paulo de Frades e outro equipamento complementar, devendo em fase de projecto de execução, ter-se em consideração este aspecto.

Trecho 2 – IP3/IC2 Trouxemil-Mealhada

a) O corredor escolhido corresponde à Solução 1, por ser o trajecto mais curto e directo, também por ser aquele que poderá garantir um melhor acesso à futura penitenciária de Coimbra e ainda por permitir a articulação com a futura plataforma logística.”

Este assunto foi, ainda, objecto do seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente, em 30/10/2008:

“A Câmara Municipal tem vindo a acompanhar o desenvolvimento dos estudos relativos às vias assinaladas, que agora estão em processo de consulta pública do estudo prévio.

Decorreu na passada semana uma sessão pública nas instalações da CCDRC em que também participaram os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia.

Como se expressa na presente informação a solução contempla como pretendido pela CMC o troço do IC2 a partir do Almgue, incluindo uma nova ponte e as alterações aos nós da Pedrulha e Fornos.

Deverá ficar adequadamente executada a ligação à futura estação de alta velocidade e de acesso à Casa do Sal (meio nó na zona da Estação Velha).

No nó dos Fornos deverá garantir-se uma melhor extensão do viaduto como referido e que a solução que melhor serve Coimbra é a 2.

Quanto ao Troço 2: IC3 Coimbra / IP3 devem sublinhar-se os aspectos assinalados e que carecem de correcção, nomeadamente quanto ao nó de ligação à circular externa, mas também e significativamente:

- Nó de Brasfemes / Torre de Vilela / Souselas, que serve mais de 6.000 habitantes

- Nú de Eiras e de S. Paulo de Frades, que serve quase 18.000 habitantes
- Nú com o actual IP3/IC6, em Souselas, que deverá ser corrigido para dar satisfação às questões colocadas e uma adequada solução integrada na ligação Coimbra – Covilhã IC6, cuja importância está referida nos próprios documentos do QREN.

Quanto ao Troço 2: IP3/A6 Coimbra-Viseu (Trouwemil-Mealhada) e IC2 a solução 1 é a que melhor serve Coimbra, assegurando-se melhor adequação na acessibilidade à futura Penitenciária e Plataforma Logística.”

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6262/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar as propostas constantes da informação da Divisão de Ordenamento e Estratégia acima transcrita, nos termos e com os fundamentos constantes do despacho do Sr. Vice-Presidente de 30/10/2008.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Luís Providência, Mário Nunes, Pina Prata, Álvaro Seco, Luís Vilar e Gouveia Monteiro e absteve-se o Sr. Vereador Victor Baptista.

PONTO VII - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

VII.1. Sindicato dos Professores da Zona Centro – licenciamento de obras de edificação/projecto de arquitectura – Rua Antero de Quental – Regs. n.º 10942 e 12544/2008

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro lembrou as questões que já havia colocado na reunião anterior, em que o presente processo veio a ser retirado da ordem de trabalhos: o problema do estacionamento público em espaço privado, “ainda por cima com elevador, o que parece altamente crítico, ainda mais depois da intervenção do município da Rua Antero de Quental” na mesma reunião, que chamou a atenção para a elevada concentração de equipamentos nesta zona, frisou.

O Sr. Vice-presidente explicou que a questão mais crítica é, de facto, a do estacionamento, tal como proposto, que lhe parece uma situação difícil. Por outro lado, são construídas novas escadas na proposta, na parte posterior do edifício e “fico com a sensação de que se cria aí um elemento com alguma presença para além do edifício e entrando na privacidade dos moradores”, já que as escadas “entram” nas traseiras e jardins de todas as casas. Assim, a sua proposta vai no sentido do indeferimento, pelos dois problemas acima mencionados – estacionamento e escadas exteriores.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6263/2008 (03/11/2008):

- **Indeferir o projecto de arquitectura, nos termos e de acordo com os fundamentos acima referidos e resumidos pelo Sr. Vice-Presidente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.2. António Augusto Gariza Marques Pinto – libertação da caução – Palheira – Reg. n.º 32010/2006

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro disse que, relativamente a este assunto, ficou com dúvidas sobre quem paga o quê. No processo é mencionada uma deliberação de acordo com a qual cada proprietário “com intenções confinantes com o arruamento em causa” pagava 45 mil euros. Depois, este proprietário, em concreto, é isentado de uma parte, correspondente às infra-estruturas eléctricas. Assim, o Sr. Vereador gostaria de saber qual é a solução final, quem paga o quê, por que o Município é que vai realizar os trabalhos.

O Sr. Vice-presidente recordou que o que ali existia era uma zona prevista no PDM como industrial mas que, na prática, não estava infra-estruturada. No caso concreto deste Sr. (e trata-se aqui de um negócio familiar, uma serração), foi-lhe exigido um conjunto de infra-estruturas que, manifestamente, iam além do aceitável, confessou. A própria Junta de Freguesia o contactou, intercedendo para que analisasse o processo. Assim, a proposta que o Sr. Vice-presidente fez e que foi aceite por unanimidade pelo Executivo anterior foi a de que não fazia sentido exigir todas as infra-estruturas a um só promotor quando iriam aparecer outros. O que se entendeu foi fazer uma articulação entre a Câmara, a Junta de Freguesia e os promotores. E isso foi realizado, afirmou: é nesta zona que hoje funciona a Gráfica de Coimbra 2 – a Águas de Coimbra fez o saneamento e a Gráfica alcatrou a via. Existe, pois, actualmente uma zona parcialmente infra-estruturada onde há mais do que uma empresa a funcionar. O que sucede é que o Sr. António Pinto já tem licença de utilização, já está a laborar, mas mantinha-se a caução. Ora, como as obras foram realizadas com este esquema, com esta parceria – e ainda haverá outras obras a executar pelos outros proprietários dos lotes de terreno abrangidos, não faz

sentido manter a caução, daí a proposta de libertação da mesma. Acrescentou que, a breve trecho, idêntica proposta, desta feita em relação à Gráfica de Coimbra, virá à Câmara, já que esta também já executou as obras previstas.

Relativamente a este assunto, e nos termos da informação nº 2139, de 21/10/2008, da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 29/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6264/2008 (03/11/2008):

- **Proceder à libertação da caução prestada através da garantia bancária nº 255458, emitida em 25/08/1998 pelo Banco Espírito Santo, no valor de (6.806.206\$00) 33.949,21 € (trinta e três mil novecentos e quarenta e nove euros e vinte e um cêntimos), conforme requerido pelo promotor e nos termos previstos no art. 54.º do RJUE, notificando-se a entidade bancária e devendo, para efeitos de registo contabilístico no quadro do POCAL, remeter-se o original da mesma à Divisão de Contabilidade, ficando cópia no processo;**
- **Dar conhecimento da presente deliberação ao Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, técnico responsável pela execução da obra e Junta de Freguesia.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.3. Joaquim Antunes dos Santos, Construções S.A. – rectificação do nº do alvará constante da informação nº 1691 de 05/08/2008 – recepção provisória das obras de urbanização - Quinta das Lágrimas – Regs. nºs 13411/2008 e nº 6512/2008

O Sr. Vereador Luís Vilar disse compreender o erro que se pretende corrigir relativamente ao n.º de alvará mas questionou se o texto da deliberação de Setembro se alterava em mais alguma coisa. O Sr. Vice-presidente disse que não, trata-se do mesmo texto aprovado, a única diferença é que onde se lia “alvará 551” deverá passar a constar “alvará 418”.

A presente informação tem como objectivo rectificar o número de alvará constante da informação nº 1691, de 05/05/2008, correspondente à deliberação de câmara nº 5968, de 22/09/2008, de 541 para 418, pelo que o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 2186, de 29/10/2008, da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização:

Deliberação nº 6265/2008 (03/11/2008):

- **Rectificar a deliberação de câmara nº 5968, de 22/09/2008, que passará a ter a seguinte redacção:**
 - Aprovar a recepção provisória das obras de urbanização do alvará de loteamento n.º 418, referente às infra-estruturas viária, telecomunicações, energia eléctrica, distribuição de gás, abastecimento de água e drenagem pública de águas residuais domésticas e pluviais, mediante o prévio pagamento das taxas urbanísticas referentes ao período de 02/03/2003 a 27/06/2008;
 - Proceder à redução da caução prestada através da garantia bancária nº 3318605115, emitida em 27/10/1998 pelo Banco Comercial Português, nos termos previstos no art. 54.º do RJUE, do valor de 443.641,21€ (quatrocentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e um euros e vinte e um cêntimos), para o valor de 99.823,00€ (noventa e nove mil oitocentos e vinte e três euros), referente aos 10% dos valores devidamente actualizados das cauções iniciais das infra-estruturas recebidas (valor a conservar até à recepção definitiva das obras de urbanização a requerer pelo Promotor, cinco anos após a recepção provisória de acordo com o n.º 5 do artigo 87º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação), mediante o prévio pagamento das taxas urbanísticas referentes ao período de 02/03/2003 a 27/06/2008 (em que foram executadas obras de urbanização além do prazo estipulado na última licença), notificando-se a entidade bancária;
 - Remeter a responsabilidade de rectificação das depressões detectadas nos passeios, estacionamento, zonas verdes e acesso locais fronteiros aos edifícios em construção nos lotes 1 (1ª a 1E), 2 e 3 aos titulares dos alvarás de autorização de construção, condicionando o deferimento do pedido de autorização de utilização ao cumprimento deste procedimento, conforme consta do auto de vistoria datado de 27/06/2008, notificando-se os respectivos proprietários;
 - Notificar no âmbito do disposto no artigo 69º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação a LusitâniaGás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e a AC, Águas de Coimbra, E.M. para procederem à rectificação das anomalias verificadas no espaço público designadamente, remoção do armário afecto ao ramal da rede de gás localizado junto ao lote 21 (sugerindo-se que o mesmo seja embutido no muro de vedação da moradia) e reparação das deficiências existentes na faixa de rodagem do arruamento 4 resultantes da abertura de valas de ramais domiciliários;
 - Dar conhecimento da presente deliberação ao DOGIEM, Divisão de Contabilidade e à Junta de Freguesia.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Luís Providência, Mário Nunes, Victor Baptista, Álvaro Seco, Luís Vilar e Gouveia Monteiro e absteve-se o Sr. Vereador Pina Prata.

VII.4. Laburcol – Sociedade de Empreendimentos Urbanísticos, Ldª. – alvará de loteamento nº 523 – redução de caução – Regº. nº 6629/2008

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 2174, de 28/10/2008, da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6266/2008 (03/11/2008):

- Proceder à redução do valor actual da caução prestada através da garantia bancária nº 04/177/16256, emitida em 25/06/2004 pelo Banco BPI, conforme requerido pelo promotor e nos termos previstos no art. 54.º do RJUE, do valor de 80.881,00€ (oitenta mil oitocentos e oitenta e um euros) para o valor de 63.012,00 € (sessenta e três mil e doze euros), referente aos 10% dos valores actualizados das cauções iniciais das infra-estruturas recebidas (valor a conservar até à recepção definitiva das obras), notificando-se a entidade bancária;
- Dar conhecimento da presente deliberação à Divisão de Contabilidade, Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida/DEV e Junta de Freguesia.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.5. Silvires – Construções Residenciais, Ldª. – substituição de técnico e aditamento / alterações ao projecto viário – Rua Lourenço Chaves de Almeida – Regs. nºs. 9590/2008 e 12805/2008

Para este assunto, e nos termos da informação nº 2037, de 23/10/2008, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 27/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6267/2008 (03/11/2008):

- Deferir o aditamento ao projecto viário constante do registo 12805/2008, relativo a alterações de pormenor das obras de infra estruturação viária do alvará de loteamento nº 520, nas condições expressas na informação da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana acima referida.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.6. Urbisidro – Construções, Ldª. – projecto viário / emparcelamento – Rua Brigadeiro Correia Cardoso – Regs. nºs. 896/2008, 6387/2008 e 8082/2008

Relativamente a este assunto, e nos termos da informação nº 2023, de 21/10/2008, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 27/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6268/2008 (03/11/2008):

- Deferir a operação de loteamento / emparcelamento, e respectiva planta de síntese, que instrui o registo nº 01/2008/8082, nos termos e com os fundamentos expressos na informação da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana acima mencionada;
- Deferir o aditamento de alterações apresentada em registo 01/2006/33464.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.7. Polomondego – Sociedade de Investimentos Imobiliários, Ldª. – aditamento/alterações ao loteamento – Rua Brigadeiro Correia Cardoso – Regº. nº. 12913/2008

Este assunto foi objecto do seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente, exarado em 30/10/2008 sobre a informação nº 2079, de 28/10/2008, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana:

“Não existindo novos elementos que alterem as circunstâncias que levaram à deliberação nº 2127/2006, deve manter-se a mesma como proposto em 3.2.”

Assim, o Executivo deliberou, nos termos do parecer da Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana de 30/10/2008, e despacho do Sr. Vice-Presidente acima transcrito:

Deliberação nº 6269/2008 (03/11/2008):

- Aprovar o pedido de licenciamento da alteração ao loteamento titulado pelo alvará nº 514, constante do registo 12913/2008, com as condições expressas na informação nº 2079, de 28/10/2008, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana;
- Manter o indeferimento da pretensão já anteriormente apresentada sob o registo 1187/2007 e retomada no registo 15299/2007, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 24º do Regime Jurídico de Urbanização e

Edificação, pelos motivos invocados na informação da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana e despacho do Sr. Vice-Presidente acima transcrito.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII - EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

VIII.1. Transportes escolares 2008/2009 – novas candidaturas, alterações e reclamações

No âmbito da execução do Plano Municipal de Transportes Escolares Subvencionados 2008/2009, aprovado em reunião de Câmara de 18/08/2008, procedeu a Divisão de Educação e Ciência à apreciação de novas candidaturas, bem como dos boletins de alteração e reclamação relativos à 1.ª fase de candidaturas entretanto enviados à Câmara Municipal de Coimbra.

Assim, e com base na informação n.º 302, de 27/10/2008, elaborada pela Divisão de Educação e Ciência, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6270/2008 (03/11/2008):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 29/10/2008, que autorizou a subvenção de transporte escolar para o ano lectivo 2008/2009 aos 287 alunos (148 subvencionados a 100% e 139 a 50%) constantes da listagem apresentada na informação n.º 302/DEC/2008, no montante abaixo discriminado e no valor global de 63.903,04 €, e indeferiu a referida subvenção aos 95 alunos constantes da mesma listagem, pelas razões aí assinaladas, actualizando a lista nominal em vigor para o corrente ano lectivo, passando a subvenção de transporte escolar a abranger 1922 alunos:**

Transportadora	Nº de alunos	Despesa até Dezembro de 2008	Despesa 2008/2009
Rodoviária da Beira Litoral	36	1.693,00	7.143,65
Moisés Correia de Oliveira	22	1.194,40	5.029,43
JOALTO/AVIC Mondego	31	1.333,35	5.595,16
C.P.	7	143,40	573,60
S.M.T.U.C.	160	7.548,00	30.192,00
Instituto Almaguês	8	333,90	1.558,20
Instituto Educativo de Souselas	19	810,90	3.784,20
Instituto Educativo de Lordemão	3	143,10	667,80
APPACDM	1	2.005,50	9.359,00
Total	287	15.205,55	63.903,04

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.2. Junta de Freguesia de Ceira – transporte

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 40668, de 17/10/2008, da Divisão de Acção Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6271/2008 (03/11/2008):

- **Adjudicar à Empresa de Transportes Transdev, por ajuste directo, o transporte solicitado pela Junta de Freguesia de Ceira, para deslocação de 100 idosos da freguesia, como o objectivo de participarem num Convívio de Natal em Fátima e Caldas da Rainha, no próximo dia 20 de Dezembro, pelo montante de € 700,00.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.3. Delegação do Centro da Associação para o Planeamento da Família – DR Centro – protocolo de colaboração

No seguimento da deliberação n.º 4438/2008, de 14/01/2008, referente à assinatura da declaração de intenção de parceria com a Associação para o Planeamento da Família no Projecto A(risco), a Delegação do Centro da referida associação solicitou a celebração de um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra.

Neste sentido, e com base na informação n.º 40241, de 15/10/2008, da Divisão de Acção Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6272/2008 (03/11/2008):

- Aprovar o protocolo de colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Delegação do Centro da Associação para o Planeamento da Família – DR Centro, cuja minuta dada a sua extensão, fica apensa à presente acta fazendo parte integrante da mesma, bem como nomear o Técnico Superior de Serviço Social, Jorge Ferreira, representante da Câmara Municipal de Coimbra em todas as acções de colaboração com a referida Delegação, decorrentes da execução do protocolo em questão.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IX - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER

IX.1. Escola Superior de Educação – Pavilhão Multidesportos – isenção de taxas

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 165, de 21/10/2008, da Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6273/2008 (03/11/2008):

- Isentar a Escola Superior de Educação de Coimbra do pagamento de taxas de utilização do Ginásio 2 do Pavilhão Multidesportos, nos próximos dias 12, 13, 19, 20 e 26 de Novembro, das 8h30 às 10h00, para leccionar as disciplinas de Desportos e Actividades de Ginásio e Exercício Físico para populações especiais, sendo o valor deste apoio no montante de 112,50 € (acrescidos de IVA).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.2. Olivais Futebol Clube – Pavilhão Multidesportos – isenção de taxas

Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente a informação n.º 166, de 21/10/2008, da Divisão de Gestão Desportiva, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6274/2008 (03/11/2008):

- Isentar o Olivais Futebol Clube do pagamento de taxas de utilização do Pavilhão Multidesportos, no valor estimado de 888,54 € (acrescidos de IVA), para a realização dos jogos referentes à Liga Feminina de Basquetebol e da Euro Cup Women 2009, abaixo listados:

Data	Hora	Jogo
23/10/2008	20h30	Olivais - Tarbes
26/10/2008	17h30	Olivais – Boa Viagem
06/11/2008	20h30	Olivais - Extrugasa
20/11/2008	20h30	Olivais – a apurar
20/12/2008	15h30	Olivais – Esqueira
17/01/2009	15h30	Olivais – Barcelos
24/01/2009	17h30	Olivais – Póvoa
21/02/2009	17h30	Olivais – ESSA
14/03/2009	17h00	Olivais – Santarém

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.3. Sport Club Conimbricense – arranjos na cobertura do pavilhão – apoio

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 632, de 14/10/2008, da Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6275/2008 (03/11/2008):

- Atribuir uma comparticipação financeira ao Sport Club Conimbricense, no valor de 25.000,00€, verba que se destina à reparação da cobertura do pavilhão do referido clube.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.4. Judo Clube de Coimbra – Campeonato do Mundo de Juniores – apoio

Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente a informação n.º 627, de 15/10/2008, da Divisão de Gestão Desportiva, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6276/2008 (03/11/2008):

- **Atribuir um subsídio ao Judo Clube de Coimbra, no montante de 750,00€, verba que se destina ao pagamento de parte dos diversos encargos que esta entidade suportou com a deslocação do seu treinador Jorge Manuel Fernandes, no acompanhamento técnico do judoca Jorge Fernandes ao Campeonato do Mundo de Juniores em Judo, que decorreu em Banguetcoque – Tailândia, entre 23 e 26 de Outubro de 2008.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.5. Centro Sócio-Cultural Polivalente de S. Martinho – perdão de dívida

O Sr. Vereador Luís Providência explicou que a proposta decorre de uma solicitação do Director Municipal do Desenvolvimento Humano e Social, responsável pela Divisão de Acção Social e Família (DASF). No entanto, é seu entendimento, e também do Sr. Vereador Marcelo Nuno, que em vez de se perdoar a dívida poderá ser dado outro tipo de apoio à instituição, via DASF.

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

IX.6. Clube de Bilhar de Coimbra – Supertaça Nacional de Bilhar – apoio

Para este assunto foi elaborada a informação n.º 658, de 24/10/2008, da Divisão de Gestão Desportiva, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 6277/2008 (03/11/2008):

- **Atribuir um subsídio ao Clube de Bilhar de Coimbra, no montante de 300,00€, verba que se destina a participar as despesas que esta entidade teve na organização da Supertaça Nacional de Bilhar, que decorreu no dia 25 de Outubro de 2008, nas instalações do referido Clube, estabelecendo-se como contrapartida, no contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a utilização dos espaços desportivos do referido clube para actividades a indicar pela Autarquia.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.7. Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL) – Torneio de Divulgação – Complexo Olímpico de Piscinas – isenção de taxas

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 165, de 22/10/2008, da Directora do Complexo Olímpico de Piscinas, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6278/2008 (03/11/2008):

- **Isentar o Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL) do pagamento de taxas de utilização da piscina de 50 metros, no dia 24 de Janeiro de 2009, das 15h00 às 19h30, para a realização do Torneio de Divulgação, sendo o valor deste apoio de 761,64 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.8. Clube Náutico Académico de Coimbra (CNAC) – Torneio Shigeo Tsukagoshi – Complexo Olímpico de Piscinas – isenção de taxas

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 169, de 27/10/2008, da Directora do Complexo Olímpico de Piscinas, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6279/2008 (03/11/2008):

- **Isentar o Clube Náutico Académico de Coimbra (CNAC) do pagamento de taxas de utilização da piscina de 50 metros, no dia 18 de Abril de 2009, das 13h00 às 19h00, para a realização do Torneio Shigeo Tsukagoshi, sendo o valor deste apoio de 1.015,52 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.9. Equipa de Voleibol da AAC e Secção de Desportos Náuticos da AAC – transportes

Em relação ao transporte solicitado, foi elaborada pela Divisão de Gestão Desportiva a informação n.º 664, de 27/10/2008, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6280/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar os seguintes serviços de transporte pelos montantes abaixo discriminados:**
 - Secção de Voleibol da AAC (Pav. I Est. Universitário) – Póvoa do Varzim – Coimbra – 400,00€
30 de Novembro de 2008
 - Secção de Voleibol da AAC (Pav. I Est. Universitário) – Parede (Cascais) – Coimbra – 600,00€
13 de Dezembro de 2008
 - Secção de Voleibol da AAC (Pav. I Est. Universitário) – Póvoa do Varzim – Coimbra – 400,00€
20 de Dezembro de 2008
 - Secção de Desportos Náuticos da AAC (Posto Náutico do Choupalinho) – Praia de Mira – Coimbra – 300,00€
20 de Dezembro de 2008

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.10. Secção de Basquetebol da Associação Académica de Coimbra – transportes

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 655, de 23/10/2008, da Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6281/2008 (03/11/2008):

- **Adjudicar à empresa de transportes Joalto Mondego, por ajuste directo simplificado, o transporte solicitado pela Secção de Basquetebol da Associação Académica de Coimbra, da sua equipa feminina de Basquetebol, a Aveiro e regresso, no próximo dia 07 de Dezembro, afim de participarem num jogo com a equipa do Beira Mar, pelo montante de 225,00€ (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.11. Projecto Trampolim – Complexo de Piscinas Rui Abreu – isenção de taxas

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 91, de 21/10/2008, do Director do Complexo de Piscinas Rui Abreu, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6282/2008 (03/11/2008):

- **Isentar o Consórcio “Projecto Trampolim” do pagamento de taxas de utilização semanal do tanque de aprendizagem, no valor de 1.622,88 €, para a época 2008/2009, conforme o seguinte quadro:**

Tanque de Aprendizagem			
Dia	Início da aula	Final da aula	N.º de pistas
2. ^a	10:30	11:45	3
2. ^a	16:30	17:15	2
4. ^a	15:45	16:30	1
6. ^a	08:15	09:00	2

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X - HABITAÇÃO

X.1. Realojamento do agregado familiar de Maria Adélia Serra Fernandes – Bairro do Ingote – lote 26, 3º Esq.

O processo em análise tem por objectivo propor o realojamento do agregado familiar de Maria Adélia Serra Fernandes, atendendo ao facto de se encontrar a viver numa garagem sem o mínimo de condições.

Assim, e após análise do processo, o Executivo deliberou, nos termos da informação n.º 41654, de 24/10/2008, da Divisão de Gestão Social:

Deliberação n.º 6283/2008 (03/11/2008):

- **Realojar o agregado familiar de Maria Adélia Serra Fernandes na habitação municipal de tipologia T3, sita no Bairro do Ingote, Lote 26 – 3º esq., pela renda de 47€, mediante a celebração de um contrato de arrendamento, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma;**

- **Desencadear os mecanismos necessários com vista ao impedimento de utilização da garagem com uso diferente daquele para o qual foi licenciada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.2. Programas RECRIA e SOLARH – edifício sito na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 53 – comparticipação

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi elaborada a informação n.º 42295, de 29/10/2008, da Divisão de Reabilitação de Edifícios, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6284/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar o presente processo de candidatura aos programas RECRIA e SOLARH, no âmbito do nº 1 do art.º 9º, do Decreto Lei 329-C/2000, de 22/12 e do nº 2 do art.º 6º do Decreto Lei 39/2001, respectivamente;**
- **Autorizar a comparticipação de 4.258,67 € (quatro mil duzentos e cinquenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos) a atribuir pela Autarquia, a fundo perdido, no âmbito do programas referidos, relativa a obras no edifício sito na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 53, ficando esta comparticipação condicionada à aprovação do I.H.R.U.;**
- **Enviar o processo ao I.H.R.U., com vista à obtenção do empréstimo e da comparticipação, atribuída por este organismo, conforme refere o nº 2 do art.º 6º, do Decreto Lei 39/2001 e nº 2 do art.º 9 do Decreto Lei 329-C/2000;**
- **Deverá ficar sob a responsabilidade do requerente a colocação, em obra, da placa-tipo de comparticipação entre a Câmara Municipal de Coimbra e o I.H.R.U., assim como a obtenção de licença de ocupação do espaço público, caso seja necessário.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.3. Reconstrução de 13 Habitações no Bairro de Celas – trabalhos a mais

A presente informação tem como objectivo alterar os pontos n.º 3 e 4 da informação n.º 31404/2008, que deu origem à deliberação de câmara n.º 5850, de 18/08/2008, pelo que o Executivo deliberou, nos termos da informação n.º 42275, de 29/10/2008, da Divisão de Promoção de Habitação:

Deliberação n.º 6285/2008 (03/11/2008):

- **Rectificar a deliberação de câmara n.º 5850, de 18/08/2008, que passará a ter a seguinte redacção:**
 - Aprovar os trabalhos a mais e a menos da empreitada “Reconstrução de 13 Habitações no Bairro de Celas”, de acordo com as alíneas a) e b) do ponto 1 do artigo 26º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 45º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, sendo o valor total dos trabalhos a mais de 17.309,04€ (s/ IVA) e o total dos trabalhos a menos de 35.928,90€ (s/ IVA);
 - Aprovar a prorrogação graciosa do prazo de execução da obra até à data de celebração do contrato escrito adicional, uma vez que ainda existem anomalias para rectificar;
 - Aprovar a prorrogação do prazo de execução da referida empreitada, na proporção dos trabalhos a mais, em 7 dias;
 - Aprovar o início da execução dos trabalhos a mais logo após a celebração do contrato escrito.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.4. Ordem de execução de obras de conservação – ratificação

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6286/2008 (03/11/2008):

- **Ratificar o despacho exarado no mês de Outubro de 2008 pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro ordenando a execução de obras pelo proprietário, ao abrigo do nº. 2, do art. 89º do DL 555/99 de 16 de Junho, alterado e republicado pelo DL nº 177/01 de 4 de Junho, no seguinte imóvel:**
 - 20/10/2008 – Rua Nicolau Chanterene, 368 – (partes comuns).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XI - CULTURA

XI.1. Apoio ao associativismo cultural 2008

Para este assunto, a Divisão de Acção Cultural elaborou, em 21/10/2008, a informação n.º 1153, que se transcreve:

“A salvaguarda e avaliação do património cultural constituem um alicerce fundamental da nossa identidade. É neste contexto, que o Associativismo Cultural constitui um espaço fulcral para assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural. Efectivamente, temos vindo a constatar ao longo dos últimos anos, que existe uma crescente procura e preocupação por parte dos cidadãos, em relação à sua identidade cultural, e um maior reconhecimento das raízes e tradições que constituem o seu país ou a sua região.

No presente, existe uma maior consciência acerca dos valores culturais a preservar, o que permite que exista uma maior cumplicidade e parceria entre autarquias locais, associações e cidadãos em geral, no sentido de dar a conhecer e a viver um conjunto de actividades culturais, tão necessárias à identidade de um povo.

Sendo por excelência, o Concelho de Coimbra, um ícone cultural do nosso país e considerando o reconhecimento municipal da intensa vida associativa no Concelho de Coimbra, traduzida na existência de associações e colectividades culturais que exercem a sua actividade nas diferentes áreas de expressão cultural, seja o teatro, a música instrumental, a música coral, danças, artes plásticas, etnografia ou folclore, a Autarquia tem como objectivo estimular a produção cultural de qualidade e salvaguardar os traços essenciais da cultura e patrimónios locais.

Deste modo, e na sequência do exposto, segundo orientações transmitidas pelo Ex.mo Senhor Vereador da Cultura, propõe-se o apoio da Autarquia às Associações e Colectividades Culturais do Concelho de Coimbra, abaixo indicadas, que tem por base uma análise feita ao seu Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2008, Relatório de Actividades e Contas de 2007, bem como às parcerias e colaboração/participação em actividades organizadas pela Câmara Municipal de Coimbra.

GOP – 04 007 2002/69.1 – APOIO ÀS ACTIVIDADES CULTURAIS, MUSICAIS, TEATRAIS E RECREATIVAS

A despesa inerente à atribuição do subsídio a cabimentar através da rubrica das G.O.P. – 04 007 2002/69.1, tem como principal apoio às actividades de valorização cultural que as Associações e Colectividades vão realizando/promovendo ao longo do presente ano, nomeadamente, na realização de espectáculos, festivais, convívios, entre outras actividades.

Informamos ainda que o quadro abaixo indica a associação e Colectividade, o apoio da Autarquia, bem como o Valor do subsídio:

ASSOCIAÇÃO	APOIO DA AUTARQUIA	VALOR A ATRIBUIR
GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro	Apoio às actividades culturais do presente ano	500.00 €
Rancho Folclórico Camponeses de Montessão	Apoio às actividades culturais do presente ano	500.00 €
Associação dos Antigos Tunos da Universidade de Coimbra	Apoio às actividades culturais do presente ano	1 000.00 €
Associação de Cultura e Recreio “Dragões Unidos”	Apoio às actividades culturais do presente ano	500.00 €
Ateneu de Coimbra	500 € para apoio para a Comemoração do centenário de Nascimento do Maestro Júlio Fernandes e 1000 € para apoio ao desenvolvimento de outras actividades culturais.	1 500.00 €
Grupo Folclórico Mártir S. Sebastião de Casas Novas	Apoio às actividades culturais do presente ano	500.00 €
Associação Cultural e Recreativa Tricanas de S. Silvestre	Apoio na realização da VI Feira Medieval em S. Silvestre	750.00 €
TOTAL		4 750.00 €

GOP – 04 007 2003/120.1 – APOIO PARA A REDE CULTURAL DE COIMBRA

(apoio para obras, equipamentos e sedes)

A despesa inerente à atribuição do subsídio a cabimentar através da rubrica das G.O.P. – 04 007 2003/120.1, tem como principal apoio para obras, equipamentos e sedes, nomeadamente, a aquisição de material e equipamentos, a reparação de trajes, fardas e equipamentos, obras das sedes das associações, entre outros.

Informamos ainda que o quadro abaixo indica a associação e Colectividade, o apoio da Autarquia, bem como o Valor do subsídio:

ASSOCIAÇÃO	APOIO DA AUTARQUIA	VALOR ATRIBUIR
AFERM – Associação de Folclore e Etnografia da Região do Mondego	Apoio para aquisição de mobiliário e equipamento para a sede	3 500.00 €
Marionet – Associação Cultural	Apoio para a aquisição de material técnico e luz	1 000.00 €
Centro Cultural de Zouparria do Monte	Apoio para a aquisição de terreno para finalização de obras da sede (parque de estacionamento)	2 000.00 €
Fábrica da Igreja Paroquial de Torres do Mondego	Apoio para obras na Capela do Lugar de Zorro	1 000.00 €
Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Lamarosa (Comissão Administrativa da Capela de Santo António)	Apoio para a aquisição de bancos e equipamento sonoro para a Capela de Santo António no lugar de Casais de Vera Cruz - Lamarosa	5 000.00 €
TOTAL		12 500.00 €

Resumo das GOP

04 007 2002/69.1 – 4 750.00 €

04 007 2003/120.1 – 12 500.00 €

Total – 17 250.00 €

Face ao exposto e, a fim de dar cumprimento ao despacho nº21/PR/2003 de 23 de Dezembro de 2003, cumpre informar que, nos termos do disposto na alínea b) do número 4 do artigo 64º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal “Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra”.

Informamos ainda que todas as entidades acima referidas têm Ficha na Contabilidade e abaixo indicamos o centro de custos (em valor) de cada associação:

AFERM – Associação de Folclore e Etnografia da Região do Mondego - 0401851

Associação Cultural e Recreativa Tricanas de S. Silvestre - 0401751

Associação de Cultura e Recreio “Dragões Unidos” - 0401861

Associação dos Antigos Tunos da Universidade de Coimbra - 0401871

Ateneu de Coimbra - 0404081

Centro Cultural de Zouparria do Monte – 0401841

Fábrica da igreja Paroquial de Torres do Mondego - 0403121

Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Lamarosa - 0403111

GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro - 0413491

Grupo Folclórico Mártir S. Sebastião de Casas Novas - 0401741

Marionet – Associação Cultural – 0401231

Rancho Folclórico Camponeses de Montessão – 0401721”

Neste sentido, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6287/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar as propostas constantes da informação n.º 1153/2008 da Divisão de Acção Cultural acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. Não participaram na votação os Srs. Vereadores Mário Nunes e Gouveia Monteiro.

XI.2. Obras editadas pelo Município – atribuição de valor

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi elaborada a informação n.º 42349, de 29/10/2008, da Divisão de Acção Cultural, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6288/2008 (03/11/2008):

- **Autorizar a venda das obras editadas pelo Município, nomeadamente “Arquivo Coimbrão – Vol. XL” e “Anais do Município de Coimbra, 1960-1969”, pelo preço unitário de 15 €.**

F

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.3. Grupo Folclórico da Casa do Povo de Ceira – transporte

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 1191, de 30/10/2008, do Departamento de Cultura, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6289/2008 (03/11/2008):

- **Adjudicar à ETAC – Empresa de Transportes António Cunha, S.A., por ajuste directo, o transporte dos elementos do Grupo Folclórico da Casa do Povo de Ceira, a Lisboa e regresso, no próximo dia 09 de Novembro, afim de participarem no concurso etnográfico “Henrique Rabaço”, integrado na IV edição do Encontro, na Aula Magna, pelo montante de 475,00€ (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.4. QUALIFICA – Constituição formal

Para este assunto foi presente a informação n.º 42473, de 30/10/2008, da Divisão de Acção Cultural, que deu conhecimento da constituição formal da Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses – QUALIFICA, que ocorreu no passado dia 25 de Outubro, em Portalegre.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6290/2008 (06/10/2008):

- **Tomado conhecimento.**

XI.5. Jangada – Cooperativa Profissional de teatro, CRL – cancelamento de espectáculo “Os Filhos do Esfolador”

Na sequência do cancelamento do espectáculo “Os Filhos do Esfolador” previsto para o dia 11 de Outubro de 2008, no Teatro da Cerca de S. Bernardo foi elaborada a informação n.º 1087, de 07/10/2008, da Divisão de Acção Cultural, que mereceu despacho do Sr. Vereador Mário Nunes, de 09/10/2008, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6291/2008 (03/11/2008):

- **Autorizar a aquisição do espectáculo “Os Filhos do Esfolador”, à Jangada – Cooperativa Profissional de Teatro, CRL, a ocorrer no primeiro semestre de 2009, nos termos do despacho do Sr. Vereador Mário Nunes acima mencionado e informação n.º 1087 da Divisão de Acção Cultural e por forma a colmatar o facto de o espectáculo previsto para 11 de Outubro de 2008 ter sido cancelado.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XII - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

XII.1. Proposta de tarifário para vigorar em 2009

O Sr. Administrador-delegado dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra fez uma breve apresentação da proposta de tarifário para 2009, explicando que esta contempla um aumento de 2,68% e que a considera ponderada, sendo certo que há um determinado tipo de transportes que irão manter-se sem qualquer alteração, nomeadamente o bilhete de família numerosa e o bilhete de motorista. Nos restantes, há aquilo que considera pequenos acertos: o pré – comprado de três viagens terá um aumento de 10 cêntimos, bem como o de 11 viagens, o bilhete de um dia terá um aumento de 20 cêntimos e o passe de rede geral aumentará em 1 euro. O passe sénior + 65 anos terá um aumento de 50 cêntimos, bem como o de estudante. O passe 4 – 18, que também aumenta 50 cêntimos, está em vigor desde 1 de Setembro. A respeito deste último, o Sr. Manuel Oliveira disse que se trata de uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Transportes mas que os Municípios que têm transportes colectivos aderem a título individual. “Nós fizemos isso, não queríamos que a Sra. Secretária de Estado tivesse nenhuma razão de queixa nossa”, afirmou, criticando o facto de já terem decorrido dois meses e ainda não ter sido firmado o protocolo de adesão. A este respeito, disse ter recebido a comunicação, na sexta-feira anterior, de que estaria a ser elaborado um protocolo com as empresas privadas que operam na zona de Lisboa que, eventualmente, será estendido às empresas municipais. Certo é que quaisquer verbas a que os SMTUC venham a receber, só se concretizarão a partir do 1.º trimestre de 2009.

P

Em relação ao passe do aposentado municipal, que é mensal, passou-se de 5,50€ para 5,70€, e o passe de funcionário municipal, que é anual, passa a custar 9€ em vez de 8€. O passe bimodal sobe também 1 euro. Relativamente aos bilhetes de viagens com estacionamento, o de duas viagens sobe de 2,20€ para 2,40€ e o de quatro viagens de 3,80€ para 4,00€. O Sr. Administrador-delegado dos SMTUC frisou, em relação a estes bilhetes com estacionamento, que até fim de Setembro de 2008 – há uma diferença para o ano de 2007 (que já foi um ano diferencial após término do serviço Ecovia), os SMTUC transportaram 155.472 pessoas, ou seja, um acréscimo de 9,2%. Realçou ainda que o passe de apoio social, que é totalmente gratuito, representa já, até ao fim de Setembro de 2008, 821.597 pessoas transportadas e que o acréscimo nos combustíveis e lubrificantes é feito em função do preço médio verificado nos combustíveis ao longo de 2008. Assim, até Setembro constatou-se que o gasóleo teve um acréscimo de preço de 28,5%

O Sr. Administrador-delegado dos SMTUC frisou igualmente que durante ano de 2008 foram feitas várias adaptações de linhas, bem como se implementaram algumas linhas novas. Acresce que, por força das alterações das passagens de nível da margem esquerda, os SMTUC viram-se obrigados a fazer uma remodelação muito significativa em todas as carreiras daquela margem, alterações de oferta essas que se reflectirão ainda antes do final do ano. Arzila e Ameal serão duas das freguesias francamente beneficiadas com estas mudanças de carreiras, até porque, salientou, a CP tem reduzido drasticamente a oferta na zona.

Quanto a encargos com pessoal, frisou o aumento proporcional às acrescidas necessidades geradas com vista a permitir o cumprimento geral da missão dos SMTUC: desde 2005 saíram 25 agentes únicos e entraram apenas 16. Disse que a área dos recursos humanos é bastante sensível para este Serviço, até porque a faixa etária já é elevada e há actualmente um número muito significativo de baixas de longa duração, o que tem obrigado a subir ligeiramente as horas extraordinárias para conseguir assegurar os compromissos existentes, isto é, todas as carreiras. Acresce que, até ao final deste ano, prevêem-se mais algumas aposentações. Notou que os encargos com Saúde têm, pois, aumentado, daí o valor previsto ser ligeiramente superior ao do ano passado.

Relativamente à questão da procura, afirmou que o primeiro semestre é, tradicionalmente, um período mais difícil para todos os transportes urbanos, devido ao Carnaval e à Páscoa. E Coimbra é particularmente sensível a estes factores, salientou, dizendo que o mês de Março, com as férias escolares, foi praticamente um mês perdido. Ainda assim, e até ao fim de Setembro de 2008, registava-se já um aumento de 121 146 passageiros, relativamente a igual período de 2007. O Sr. Manuel Oliveira frisou mesmo que Outubro deste ano foi um mês verdadeiramente excepcional: “Outubro é sempre o mês mais importante porque é o mês da viragem em termos de transportes e, de facto, apraz-me registar esta situação”, concluiu.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro começou por agradecer o facto dos SMTUC terem feito acompanhar o novo tarifário de cópia do anterior, “que é uma gentileza para com os membros do Executivo que outros não têm, como se verá mais à frente”. Lamentou o facto de se estar a apreciar o tarifário sem o plano e disse julgar que se está perante um problema: é muito sublinhado o carácter social do serviço que é prestado. A tal ponto, e “não serei eu quem tenha nenhuma preocupação anti-social”, que fica com uma dúvida após a intervenção do S. Administrador-delegado sobre se não se estará a atingir o ponto conceptual de resignação dos transportes colectivos de Coimbra perante a invasão do automóvel e de falta de ambição relativamente à conquista de novos públicos. Em conclusão, o Sr. Vereador não considera significativos os aumentos previstos mas entende que é preciso fazer muito mais para captar novos clientes, já que uma taxa de ocupação média de 20% lhe parece francamente baixa. O Governo não dá dinheiro, a Câmara dá cada vez mais mas “não somos capazes de dar o salto” para a competitividade excepto em algumas linhas e “mais por demérito dos concorrentes – como é este caso das linhas da CP da margem esquerda”. A sua preocupação é que o transporte colectivo se esteja a transformar cada vez mais no meio de deslocação dos pobres, não se está a conseguir captar a classe média, criticou. E lembrou que Coimbra, como o Sr. Manuel Oliveira tão bem sabe, já chegou a ter 35 milhões de viagens/ano. Actualmente andamos nos 27 milhões/ano. “Se nós não conseguirmos recuperar essa massa imensa de gente que deixou de andar de transportes colectivos porque passou a sentir que tinha um estatuto diferente, especial, mais confortável... nós vamos ter eternamente este problema”, que não é apenas um problema dos SMTUC mas antes de funcionamento da cidade. Isto aflige-o particularmente quando pensa que 600 passes cobriam por completo o aumento de tarifário. Bastava, portanto, conquistar mais cerca de 600 cidadãos dispostos a pagar um passe de 34 euros/mês para, sem a Câmara gastar mais do que o proposto, os transportes não aumentarem. Terminou frisando que esta será a base da sua argumentação aquando da discussão do Plano e Orçamento, que não consegue separar desta outra votação – a do tarifário.

O Sr. Manuel Oliveira, em resposta ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro, disse que tem havido a preocupação de captar novos clientes e que um exemplo curioso é a crítica frequente de que os autocarros têm poucos lugares sentados: “isto significa que estamos a transportar pessoas que nunca andaram de transportes públicos”, constatou. A isto acresce que, em determinadas linhas, como a 6, 34 ou 38, a capacidade dos Serviços está no limite. Urge, portanto, que os autocarros tenham cada vez mais corredores bus, prioridade nos semáforos, entre outras medidas que aumentem a fluidez cada vez maior dos transportes públicos colectivos. E há, depois, os novos serviços, de que é exemplo a carreira que serve exclusivamente a Critical Software e que é bastante utilizada. Assim como foi assinado, há cerca de dois meses, um protocolo com a Escola Superior de Enfermagem que esta semana já teve de ser revisto e assinado novo documento, que duplica a oferta inicialmente prevista. Isto para contrariar a ideia do Sr. Vereador Gouveia Monteiro de que os transportes colectivos são apenas utilizados pelas classes mais desfavorecidas.

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** disse que gostaria apenas de salientar que se um dos objectivos dos SMTUC é diminuir o peso excessivo do automóvel na cidade, não compreende que haja um aumento de 9% nos bilhetes com estacionamento de duas viagens e de 5,2% para quatro viagens. Conclui que este aumento é superior à norma, que é de 2,6%. Outra questão é a da gratuidade do passe combinado dos SMTUC com os outros operadores do concelho de Coimbra. O Sr. Vereador interroga-se por que é que os SMTUC estão a subsidiar outros operadores de transportes.

O Sr. **Manuel Oliveira** esclareceu, em relação ao passe+estacionamento, que não se pode olvidar que quem utiliza este tipo de transporte tem a possibilidade de ter aparcado o seu automóvel com relativa segurança durante todo o dia, enquanto os outros utentes não têm. Quanto ao passe combinado, recordou que este foi implementado no Executivo do Dr. Mendes Silva e surgiu duma necessidade de fazer face a uma crescente vontade das populações de levar os transportes a várias freguesias onde estes até aí não chegavam. Então as empresas privadas que serviam essas freguesias passaram a vender os títulos de transporte aos preços dos serviços urbanos e havia uma diferença que era suportada pelo Município, sendo certo que os SMTUC não recebem daí qualquer compensação. Estamos a falar da Moisés Correia de Oliveira, Joalto, Transdev e da própria CP. Assim, a grande vantagem social é que este passe levou a que todas as freguesias que quisessem ter acesso aos transportes não ficassem prejudicadas pelo facto de não terem os SMTUC. Isto porque, até há dois anos, o tarifário dos SMTUC era por coroas, enquanto o das empresas privadas era longitudinal, isto é, por quilómetro. De qualquer modo, o passe combinado representou 622.182 viagens até Setembro de 2007 e em igual período de 2008 apenas 564.315, o que significa uma diminuição de 9,3%.

O Sr. Vereador **Pina Prata** disse o seguinte: “Eu gostaria de fazer aqui uma reflexão baseada... não vou fazer a análise com o pressuposto de tarifários porque eles já foram aqui falados. Também acho que não é lógico fazer aqui aumentos diferenciados se se quer reduzir o impacto e se se quer, acima de tudo, haja mais utilização dos transportes públicos. Mas eu faria aqui uma vertente global dos transportes. Eu esperava que este tarifário e que este plano de actividades, em termos globais, fosse, acima de tudo, uma viragem na página que tem sido a parte dos SMTUC neste projecto, isto é, que vertesse um conjunto de situações que têm a ver com o que foi falado aqui durante este ano na Autarquia, nomeadamente nestas reuniões. A saber, dois pontos importantes: primeiro, a articulação estratégica dos SMTUC com o Metro – não se vê nada neste documento que verta uma vertente estratégica de posicionamento dos transportes em relação a uma nova intervenção dos transportes; e a segunda situação tem a ver com a política de consumos energéticos, isto é, foram falados um conjunto de situações que infelizmente só me veio dar razão. Ainda bem que vieram na última reunião a questão dos documentos finais que já deviam ter vindo há uma série de tempo, pelo menos de 6 em 6 meses devem vir, os serviços devem fazer isso por questões de transparência e de rigor, só nos foram submetidos a conhecimento na última reunião, veio-me dar razão uma situação, isto é, na política de consumo energético eu disse aqui há uns tempos que se gastava por autocarro 52 litros aos 100 e que o Dr. Marcelo Nuno teve ocasião de dizer na altura que eu estava errado: não estou errado, está aqui, foi apresentado o documento na última reunião onde diz 51.68 litros aos 100 de consumo por autocarro. E, portanto, isto é claro o que está aqui e portanto, nesse sentido, diz-se no 1.4. que apesar da política de racionalização e contenção de custos ... isto é um copie past de todos os documentos anteriores dos transportes que nos têm vindo aqui, só com pequenas alterações de cosmética e de valor. E isto não demonstra uma ambição clara daquilo que os transportes devem ser em termos de articulação do mecanismo de transporte. Portanto há aqui duas grandes vertentes porque senão é sempre a mesma situação do que aqui temos: há uma nova nomenclatura de intervenção da política estratégica de transportes que tem a ver com a questão do Metro e do qual houve decisões – nós tivemos ocasião de ter aqui vastas reuniões sobre isto, estão nas actas, vai-se à Internet e faz-se pesquisas do que é que foi dito sobre transportes e vêem o que é que cada uma das pessoas disse em relação a isto. O que eu vejo é que não está vertido aqui um conjunto de pontos que foram enquadrados por esta vereação, por esta câmara. Tivemos aqui reuniões com a Metro, falou-se nos transportes, falou-se na questão das reuniões, falou-se na questão da articulação, não está aqui nada. Falou-se na questão da política de consumo energético, não aqui nada, está exactamente o mesmo parágrafo que já estava o ano passado e nos anos anteriores. E estou de acordo com isto: há uma falta de ambição estratégica em relação à questão dos transportes em Coimbra. É claro, é notório, não tem a ver com a questão aqui do aumento de 2,6% , é grave este tipo de variação porque isto tem de ser justificado e já no ano passado aconteceu a mesma coisa. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu lamento que em relação a estas coisas, em relação a estes pontos que temos vindo a falar se venha a dar razão ao conjunto dos comuns que analisam isto lá fora e que efectivamente não compreendem determinadas coisas no serviço, não compreendem determinadas coisas nas empresas municipais, porque tem que haver aqui critérios de transparência, de rigor de intervenção em relação a este tipo de áreas. E portanto isto é o parecer e o ser e, neste caso, temos que ser acima de tudo objectivos em relação ao que está aqui escrito, temos que ser objectivos em relação ao que nós defendemos aqui: se formos ver o que é que cada um dos Srs. Vereadores verteu nos documentos quando analisámos o Metro, quando discutimos política de transportes, vemos que não está aqui nada vertido. E, portanto, é de lamentar que uma administração dos SMTUC – fora as situações que são pedidos daqui e que eu tive ocasião de reflectir hoje no período antes da ordem do dia, que é os recursos humanos e a contratação – e, portanto, neste sentido, eu gostaria de deixar esta intervenção para a acta como minha justificação de voto que é de lamentar, no seguimento das reuniões com a Metro que tivemos aqui, no seguimento da articulação do novo sistema de transportes de articulação regional e que vem e é para já, é daqui a uns tempos, que não haja aqui uma vertente estratégica de posicionamento dos transportes em relação à situação. Em relação ao apoio social, também dizer concretamente que não

acredito nos transportes de natureza social e numa vertente para os coitadinhos mas acredito que 4 milhões e 20 mil euros por ano, que esta câmara coloca no orçamento dos SMTUC é muito dinheiro. E isso é exponencial o que tem vindo a acontecer desde há uns anos. E não pode continuar a acontecer isto, sob pena de os cofres municipais, em vez de ser a justificação que devia ser de dar-se apoio para as questões sociais, para os passes, para não haver entrada de... para utilização dos parques de estacionamento, não. O que está a acontecer é que ano a ano aumentamos com uma certa cadência orçamental, vimos além destes valores solicitar – ainda na semana passada foi pedido aqui um orçamento de mais 360 mil euros que não estava justificado o porquê e que em termos do Código de Procedimento Administrativo não verifica os pressupostos, e por isso votei contra, e portanto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu gostaria de deixar mais uma vez esta nota lamentando-me por não ter havido este ponto de viragem, esperava que houvesse este ponto de viragem aproveitando esta questão do Metro e aproveitando uma nova política de consumos energéticos. Não está nada, é mais do mesmo e, para isso, é de lamentar que estejamos deste modo”.

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que a sua questão se prendia, um pouco, com aquilo que já havia sido a intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco. Um dos objectivos principais dos SMTUC é o aumento do número de passageiros e a diminuição do número de carros dentro da cidade. E se os aumentos propostos não prejudicam o primeiro objectivo, já quanto ao segundo tem muitas dúvidas. O Sr. Vereador disse que não há qualquer sinal, nesta proposta, sobre quem usa os estacionamentos periféricos para, depois, seguir no transporte público. Porque, fazendo algumas contas, concretizou, quem tiver de utilizar este sistema 22 dias por mês tem o aumento absoluto maior desta tabela, ou seja, 4,40 euros/mês, o que lhe parece exagerado para quem defende a diminuição de carros dentro da cidade.

O Sr. **Manuel Oliveira** disse, em relação aos bilhetes com estacionamento, que os parques da Casa do Sal estão permanentemente esgotados, como se pode comprovar pela anarquia que grassa do lado da linha de comboios. Além destes, há o parque da Estação Velha que, sendo gratuito, continua vazio. Em relação ao Metro, quis frisar que nem tudo o que parece é. A Metro Mondego está neste momento a fazer um inquérito em vários concelhos da Região Centro em que os SMTUC também têm uma pequena participação; acresce que decorrem reuniões entre as duas administrações no sentido de se encontrarem posições comuns na zona da Solum e S. José, para se otimizar quer as passagens, quer as estações, quer as novas paragens, toda a rede daquela área. Em relação aos consumos, disse que até 2002 nunca apareciam, nos documentos dos SMTUC. Por uma questão de transparência, entendeu começar a fazê-lo e inclusivamente fez uma separação entre as viaturas que antes eram utilizadas como Ecovia e hoje servem carreiras normais e os autocarros. Isto para concluir que a ambos se imputa o valor real. “Porque se juntássemos os valores de média eram muitíssimo mais baixos”, explicou. Por outro lado, os SMTUC continuam a ter autocarros com 25 anos, o que significa que é humana e tecnicamente impossível que esses veículos tenham consumos inferiores aos registados. Eles têm vindo a ser, à medida que é possível, abatidos e, mesmo utilizando o biodiesel, os consumos seriam relativamente superiores. A propósito, chamou a atenção para um artigo de jornal que, nessa semana, referia que o biodiesel é, na verdade, mais poluidor, tem mais emissão de partículas que o gasóleo actualmente utilizado. Informou ainda que os SMTUC, em coordenação com o Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INTT), abriram concurso para a nova bilhética, em que serão integrados, caso assim o entendam, quer as empresas privadas de transporte de passageiros, quer a CP e o Metro, como aliás já fez saber à Sra. Secretária de Estado dos Transportes. Ou seja, a bilhética será de tipo aberto, de modo a ser compatível com todos os transportes. Dentro de dois meses, anunciou, entrará em funcionamento o Centro de Mobilidade (adaptado a invisuais), onde os utentes de qualquer dos tipos de transporte acima mencionados poderão comprar bilhetes, obter informações, etc.

O Sr. **Vereador Luís Vilar** quis saber por que é que o Sr. Administrador-delegado informou a Sra. Secretária de Estado dos Transportes sobre as questões da bilhética dos SMTUC, ao que o Sr. **Manuel Oliveira** respondeu que a bilhética será, em principio, subsidiada em 50% pelo INTT. Este sistema já funciona, e bem, em Lisboa, pelo que decidiram aplicá-lo em Coimbra. O Sr. **Vereador Luís Vilar** disse que não se iria pronunciar hoje sobre o Metro mas apenas sobre o tarifário. E, assim, questionou se teria percebido bem: os SMTUC têm neste momento a informação de que o Governo vai subsidiar empresas transportadoras privadas?

O Sr. **Manuel Oliveira** disse ter referido este facto a respeito do passe 4/18, um título de transporte novo para estudantes entre os 4 e os 18 anos, que não sejam universitários. E foi sobre esse título de transporte, ao qual os SMTUC aderiram (a própria elaboração e pagamento do cartão foi da responsabilidade dos SMTUC) que disse ter a primeira versão do protocolo entre o INTT com as empresas transportadoras privadas de Lisboa, que deverá ser adoptado por analogia, a questão é que, como os SMTUC não têm personalidade jurídica, terá de ser adoptado um contrato-programa entre a CMC e o INTT. Ou seja, qualquer compensação que possa ser dada aos SMTUC por força desse contrato-programa passará sempre pela CMC.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** disse, em complemento da sua primeira intervenção sobre este assunto, ter sincera admiração pelo trabalho realizado pelos SMTUC e não ter para com o Serviço ou os seus responsáveis qualquer tipo de animosidade. A única coisa que o preocupa é o futuro da empresa e a qualidade da mobilidade na cidade, e a única divergência que possa existir entre si próprio e a administração dos SMTUC é a forma como alcançar isso. Outra questão é saber se faz sentido, em período de férias escolares, uma tão profunda redução do n.º de viaturas em

circulação. O Sr. Vereador quis ainda deixar uma proposta: que a discussão do Plano e Orçamento dos SMTUC para o próximo ano não se faça em Dezembro, já que nesse mês há sempre muitos planos e orçamentos para discutir. Assim, propôs que o Plano e Orçamento dos SMTUC seja apresentado numa reunião que não aquela onde será apresentado o Plano e Orçamento da CMC. “A discussão só ganhará em profundidade”, defendeu, sugerindo que, aquando do debate, seja feita uma exposição, pelo Conselho de Administração, sobre os pontos críticos, principais linhas, remodelações de linhas em curso ou previstas. Afirmou mesmo que o Plano e Orçamento 2009 dos SMTUC não deveria ser votado sem antes se assistir a esta visitação geral. Isto seria, a seu ver, muito importante para a CMC se afirmar, “não apenas como accionista, como grande financiador, mas como uma Câmara fortemente empenhada em que, para além das questões do tarifário, etc., a empresa possa progredir”. Nessa altura, comprometeu-se em trazer à discussão propostas concretas, e está seguro de que o Sr. Vereador Pina Prata, por exemplo, também o fará.

O Sr. **Manuel Oliveira** explicou, em relação ao período de férias escolares, que os SMTUC não reduzem drasticamente as carreiras mas há um aspecto muito importante que não pode deixar de frisar: o passe de estudante, até Setembro de 2008, representou 2 milhões 729 mil e 800 passageiros. E aqui ainda há um peso muito pequeno do 4/18, já que se pensava que ia haver uma transferência significativa para este novo passe e tal ainda não aconteceu. Isto para concluir que há, de facto, um peso muito substancial do passe estudante na rede dos SMTUC.

O Sr. **Vereador Marcelo Nuno** disse que, de facto, é importante discutir o futuro da empresa e, nesse contexto, há duas perspectivas possíveis: uma enquanto accionista e delineador da estratégia (e aí subscreve inteiramente a proposta do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, porque acha fundamental que todos dêem ideias e apresentem sugestões); a segunda forma de analisar a questão é saber como é que, na gestão corrente, tem sido a performance dos SMTUC e, “de facto, neste capítulo, acho que os indicadores são altamente favoráveis a todos os níveis”, defendeu. E disse que, estando os parques cheios, o que há a fazer, na verdade, é aumentar os preços. Não é pelo aumento que eles (neste caso particular, os da Casa do Sal) vão deixar de estar cheios e essa verba permite investir em áreas onde, de outra forma, não seria possível investir. Por outro lado, o Sr. Vereador frisou que há actualmente mais zonas da cidade com estacionamento pago, sendo isto também um incentivo à utilização do transporte público. No que diz respeito aos consumos, confessou não saber qual o consumo médio dos autocarros, pelo que admite que o n.º avançado pelo Sr. Vereador Pina Prata seja o correcto. Quando afirmou que este (Vereador Pina Prata) estava errado não foi pelo valor em si: “o que eu disse é que os SMTUC jamais poderiam ser os que tinham maior consumos no país” e também tem a certeza que os consumos não dispararam nos últimos anos nem foram o descalabro que o Sr. Vereador Pina Prata avançou. Disse ainda que os SMTUC fazem uma enorme contenção de gastos para colmatar o aumento dos combustíveis nos últimos dois anos, salientando que são dos poucos serviços que não tiveram de proceder a aumentos intercalares. Quase todos os serviços de transportes públicos do país o fizeram, notou. Isto significa, na sua opinião, que não só a gestão tem sido eficiente como a previsão, o planeamento e o controle têm sido adequados. E terminou deixando uma proposta ao Sr. Presidente: a articulação com o Metro deve ser feita, embora entenda que não é este o momento porque não há ainda uma definição do traçado nem a mínima noção das consequências que este novo meio de transporte vai ter. Uma coisa tem como certa: seguramente vai haver uma perda de receita muito relevante, a principal fatia do que o metro vai servir é coincidente com as linhas mais rentáveis dos SMTUC mas os custos não vão desaparecer, porque os Serviços Municipalizados de Transportes vão ter de continuar a existir e vão ter de complementar aquilo que a Metro está a fazer. Neste sentido, entende que o importante é que seja a Autarquia a levar por diante os necessários estudos para saber que impacto vai ter o metro na estrutura de custos dos SMTUC. Na verdade, a verba transferida é muita, é o preço do serviço público que os SMTUC prestam, mas o Sr. Vereador crê que, fruto de negociações com a ADSE, o montante global a transferir no próximo ano poderá mesmo vir a descer ligeiramente.

O Sr. **Presidente** disse que uma das coisas que queria frisar na sua intervenção era precisamente esta: os SMTUC aumentaram mais em n.º de passageiros que todos os outros transportes colectivos públicos e privados; os SMTUC não fizeram aumentos intercalares, ao contrário dos outros transportes colectivos públicos e privados, que o fizeram por duas vezes este ano. Daí estar à vontade com esta proposta de tarifário, que considera equilibrada.

O Sr. **Vereador Vítor Batista** disse que a questão dos transportes em Coimbra arrasta-se há vários anos e ainda não se assumiu uma solução de fundo. Olhando para os preços, o Sr. Vereador fica com a sensação de que são semelhantes aos de outros passes e meios de transporte. Frisou que quando se refere que os preços não subiram é preciso ter em conta que os SMTUC recebem a receita dos estacionamentos e taxas, circunstância diferente da dos outros transportes. Assim, entende que a Câmara, entre uma receita de que abdica e uma comparticipação que transfere, está a subsidiar os transportes na ordem dos seis milhões de euros por ano, o que considera um montante bastante significativo. O Metro é, pois, o pretexto ideal para se elaborar um verdadeiro Plano de Mobilidade de Coimbra, e de interligação entre Metro, SMTUC e operadoras privadas. Por último, considerou o aumento de 9% dos bilhetes com estacionamento demasiado pesado. A ideia do Sr. Administrador-delegado de aumentar os preços dos parques porque eles estão cheios é, no seu entender, “completamente distorcida e errada”. O que deve ser feito é arranjar mais parques para que as pessoas deixem os seus automóveis nas zonas periféricas da cidade e possam ter mobilidade rápida, defendeu. Disse também que gostaria de ver a receita estratificada por linhas, com uma abordagem às que são mais e menos rentáveis. Lamentou que a fórmula utilizada para apresentar resultados pelos SMTUC seja a mesma de há tantos anos, sem qualquer inovação. E

verificou que as despesas com pessoal (8,7 milhões) constituem praticamente o mesmo montante que o da prestação de serviços (8,8 milhões), o que ilustra a forma de gestão dos SMTUC. Em suma, entende que Coimbra só tem a ganhar se conseguir juntar os SMTUC, o Metro e os operadores privados e alcançar uma verdadeira estratégia de mobilidade concertada e eficaz. Na sua opinião, a Câmara Municipal de Coimbra gasta muito dinheiro com este sector e o Governo, por seu turno, “não o dá porque olha para isto e vê que o rigor de gestão deixa muito a desejar”, criticou.

O Sr. **Manuel Oliveira** quis esclarecer que quando o Sr. Vereador Vítor Batista se refere a custos com pessoal, não está só a falar de custos, mas sim de encargos e saúde. Em relação ao estacionamento, lembrou que desde 2001 que os parcómetros, por exemplo, não têm um cêntimo de aumento, antes pelo contrário: quando se passou do escudo para o euro houve situações de baixa de preço. Por outro lado, frisou que os SMTUC têm a receita do estacionamento mas têm igualmente algumas despesas que suportam inteiramente.

O Sr. **Presidente** acrescentou que bastaria comparar os mesmos valores da Carris e dos STCP para ver que o Governo “não tem vergonha em apoiar a Carris e os STCP, só tem vergonha em apoiar os SMTUC. Porque será?”, rematou, deixando a pergunta no ar.

Assim, e com base na proposta apresentada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de 29/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6292/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar a proposta de tarifário para 2009, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma;**
- **Atribuir um subsídio no valor de 4.020.000,00 €, aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, para viabilizar o equilíbrio da conta de resultados operacionais no ano económico de 2009;**
- **Aprovar o esquema de validade e troca de bilhetes pré-comprados do tarifário de 2008.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Luís Providência e Mário Nunes. Votou contra o Sr. Vereador Pina Prata. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Vítor Baptista, Álvaro Seco, Luís Vilar e Gouveia Monteiro.

O Sr. **Vereador Pina Prata** disse que a intervenção que fez sobre este assunto deverá ser considerada declaração de voto.

PONTO XIII - AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.

XIII.1. Plano de Actividades e Orçamento para 2009

O Sr. **Presidente do Conselho de Administração da AC, Águas de Coimbra, EM** fez uma breve apresentação do tarifário 2009. Começou por explicar que a Lei da Água, que data de 2005, é o documento basilar que rege toda a actividade da empresa municipal. Por um lado, a água tem um valor social, que foi tomado em conta nesta proposta; por outro, um valor ambiental, isto é, a água residual deve ir para o ambiente convenientemente tratada; por outro ainda, um valor económico que é preciso tomar em conta. A legislação nesta matéria, que é bastante recente, fala na necessidade destas empresas que se dedicam a estes serviços públicos de interesse geral (água e saneamento) apresentarem equilíbrio de contas e, portanto, de haver a preocupação da recuperação tendencial dos custos. Há também a obrigação legal das empresas desta natureza realizarem investimento. No fundo, os objectivos do país são cobrir todo o território de água e até 90% com saneamento. Por último, um objectivo mais específico da AC, Águas de Coimbra, EM, que tem a ver com o plano de investimentos que tem vindo a executar e que tem duas componentes essenciais: a remodelação das redes de abastecimento de água e o prolongamento das redes de saneamento à periferia do concelho de Coimbra. O custo da matéria-prima – água, que compram à Águas do Mondego foi actualizado em 2,4%, o mesmo acontecendo com a prestação de serviços que esta empresa lhes faz no que respeita ao tratamento de águas residuais. Por outro lado, referiu a impossibilidade de empresas como a Águas de Coimbra não terem acesso a fundos do QREN no eixo 2 e o facto de, no âmbito dos programas operacionais regionais, ainda não haver candidaturas abertas e ser público que as dotações nestes programas são bastante modestas. São estes, em linhas gerais, os factores que influenciam directamente e se reflectem no tarifário do próximo ano: um conjunto de preocupações com a recuperação dos custos que advém da legislação; um conjunto de metas que obrigam ao investimento; diminuição do financiamento. Foi ainda tido em conta o contexto macro económico difícil que é vivido pelas famílias portuguesas, em particular pelas do concelho de Coimbra. Quanto à tarifa de disponibilidade, disse que, nos escalões mais baixos (15 milímetros) há uma actualização na ordem dos 4,6% (aqui estão 87% dos clientes da empresa). Há um aumento ligeiramente maior que o da mercadoria porque a AC tem feito investimentos significativos na remodelação da rede de abastecimento e é por essa via que recuperarão os custos de investimento, mais particularmente as amortizações que estão associadas a estes investimentos. Na AC, EM os proveitos advenientes das vendas de água e da prestação de serviços (= tarifa de disponibilidade) cobrem custos operacionais mas não o conjunto dos custos correntes e de capital. Portanto, se o serviço apresenta actualmente um

resultado operacional positivo é por via de subsídios. É por essa via que o aumento é ponderado entre 2,2% no que é volumétrico e 4,6% naquilo que é fixo.

No que diz respeito ao saneamento, disse que, tradicionalmente, as tarifas não foram sendo sujeitas ao mesmo nível de actualização que o serviço de água, “onde a sua importância é mais transparente para as pessoas”. Frisou que a empresa tem feito investimentos muito significativos na rede de saneamento, de que são exemplo os 23 mil novos residentes servidos com redes de saneamento. Portanto, é necessário não só cobrir o défice operacional existente neste serviço como ir tentando recuperar progressivamente os investimentos realizados com vista a levar saneamento a todas as freguesias da periferia do concelho.

Relativamente à tarifa de disponibilidade do serviço, quis deixar claro que não é uma tarifa de aluguer do contador mas antes um compromisso entre a empresa e o cliente em que a primeira fornece ao segundo um determinado caudal. Assim, o que está em causa é passar de um conceito – tarifa de aluguer de contador, para um novo conceito – de tarifa de disponibilidade.

Em suma, o que a legislação diz é que as empresas que são entidades gestoras fixam um preço médio. O cliente médio da AC, EM vai ser aumentado 4,2%, o que significa 0,63€, a factura passará de 13,65€ para 14,28€. O cliente de menores consumos sofrerá um aumento mensal de 0,45€ e o de maior consumo 1,09€. Relativamente aos clientes não domésticos, as subidas vão a par, ligeiramente superiores.

Relativamente ao Plano de Actividades e Orçamento 2009, o Sr. **Professor Jorge Temido** reafirmou que a empresa tem vindo a fazer investimentos significativos na reformulação das redes de água e na construção de novos sistemas públicos de drenagem de águas residuais. Salientou, uma vez mais, que depois de 15 freguesias, Vil de Matos termina em Dezembro e, para o ano, será terminado um outro conjunto importante de investimentos em S. João do Campo e Cioga do Campo. Segue-se a infra-estruturação da rede de água do Coimbra I Parque, que será igualmente uma obra de extrema importância, e voltarão a Castelo Viegas, já que a Águas do Mondego vai ali fazer um emissário e uma ETAR e, como tal, é necessário construir uma rede de saneamento. Falta ainda, em Almalaguês, a zona de Monforte e Torre de Bera. O Sr. Professor Jorge Temido disse que apenas duas freguesias estão com saneamento a 75%: Almalaguês e Torres do Mondego. Todas as outras estão já nos 90% ou acima disso, o que ultrapassa a meta do PESAR II para 2013, que é de 90%.

Assim, o que o Plano de Investimentos reflecte é o terminar de uma fase que levou o saneamento a muitas freguesias periféricas do concelho de Coimbra. Depois de terminada esta fase, segue-se outra em que a empresa terá de se focar no serviço de exploração, ao nível da prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais – ou seja, a empresa tem de focar-se na eficácia operacional. E a eficácia operacional, explicou, baseia-se em trabalhadores bem preparados (a formação tem sido uma prioridade da empresa) e em sistemas de informação para a gestão (que existem e estão em permanente optimização). Os serviços públicos regem-se por três conceitos: universalidade, continuidade e preço socialmente acessível. Isto para dizer que a AC, EM está a montar ferramentas que não existiam, quer para a gestão empresarial, quer para a gestão técnica. A empresa tem ainda a ambição de, a exemplo do que sucedeu recentemente com a Águas do Mondego, alcançar a certificação de qualidade dos seus serviços. Outro investimento que tem sido feito prende-se com a Higiene e Segurança no trabalho.

Por último, o Presidente do Conselho de Administração disse querer um sistema com responsabilidade social pelos clientes internos (trabalhadores) e externos (todos os municípios do concelho de Coimbra). Em valores, a empresa tem custos e proveitos na ordem dos 36 milhões de euros, um resultado líquido do exercício modesto e um plano de investimentos e amortização de empréstimos na ordem dos 14,4 milhões.

O Sr. **Vereador Pina Prata** disse o seguinte: “eu iria começar pela questão do preço socialmente acessível e responsabilidade social. E, feita a análise do conjunto de documentos que nos fez chegar, de realçar o conjunto de investimentos planificados há uma série de anos que estão a ser consolidados e a ser terminados. Mas acima de tudo é preciso ter em atenção que esse efeito desses investimentos tem de ser um efeito de alavanca perante a adesão dos consumidores ao processo, as famílias, e as famílias num sentido de preocupações sociais. E, portanto, foi com alguma análise digamos de preocupação quando eu vejo no segmento das questões de natureza social em que nomeadamente na rubrica respectiva há a questão da drenagem de águas residuais, tarifa social e utilizadores familiares, quando vejo que há aumentos até sensivelmente 10, 11%. E, portanto, eu vejo em relação a este tipo de situação alguma preocupação – o mínimo é de 8.33 para situações que têm a ver com utilizadores familiares, para situações em que envolvem perto de 11% em termos de classificação. Portanto, os dados estão aqui lançados, é uma preocupação efectivamente que demonstra... e questões familiares estão aqui perfeitamente definidos, a questão de não preocupação social deste orçamento. A segunda situação tem a ver com o contraditório disto, isto é, os consumos de natureza onde deveria efectivamente se levar a efeito o aumento que tem a ver com a questão do restante serviço público é quando há aumentos de 2,29%, isto é, protocolos com autarquias, restantes serviços públicos, hospitais e centros de saúde, tudo bem, há uma tarifa de natureza social mas não deve ser repercutida nas famílias o problema disto, isto é, aí é quando temos os 2,29% constante e, nomeadamente, em relação a outros, e ainda outros que fica ao critério discriminar, 2,26%. E, portanto, este é um modo contraditório de preocupação neste orçamento e versando as questões que teve ocasião de dizer que é o importante são as famílias portuguesas, a questão das preocupações sociais – e quando eu digo famílias portuguesas não é famílias portuguesas é famílias de Coimbra, e, portanto, acho que aí foi um lapso de língua mas fala é na questão de Coimbra e portanto é nessas preocupações que temos de ter. E o preço socialmente acessível.

Eu gostaria de realçar aqui outra situação que tem a ver com a questão do orçamento em termos globais e do plano de actividades. Se formos ver, eu esperava uma certa ambição, isto é, estando a terminar um conjunto de planos de investimento que iniciou em 2002 e seguintes anos, deveria haver uma ambição não no sentido que teve ocasião de transmitir, não num sentido de dizer tele-gestão, etc. É óbvio que os sistemas de gestão são importantes mas a questão é a preocupação de um conjunto de investimentos em baixa que são necessários fazer e que têm a ver com a antiguidade das infra-estruturas. Um exemplo é aqui a Baixa, ou outras zonas do casco da cidade em que não está reflectido no plano de investimentos e, portanto, isto são preocupações de reinvestimento que é necessário fazer a nível das infra-estruturas em determinado tipo de locais do qual há muitos anos precisam de ser reformuladas. A terceira questão tem a ver com o próprio plano em si, nomeadamente na base quântica e na alteração de n.ºs. Se formos ver 2008, 2009, nem há uma preocupação de elaboração numa perspectiva, isto é, praticamente os descritivos são os mesmos. E parece-me que a empresa municipal tem de inovar também nesta perspectiva, isto é, se pretende certificar a qualidade, se pretende certificar um conjunto de pontos, não pode apresentar um plano de actividades que é *ipsis verbis* o texto que está. Mas isso é o menos. O mais problemático é o seguinte: teve ocasião de falar, e eu tive ocasião de solicitar uma reunião com a Administração na última semana e, portanto, nesse sentido, essa reunião com a Administração era para ver um bocado esta situação que iria acontecer. Não foi possível termos a reunião dia 31, do qual solicitei, pronto, e terei que dizer aqui isto hoje. A questão da tarifa de disponibilidade de serviço é uma questão preocupante. Eu gostaria de realçar aqui a situação do que a Lei diz em relação a isto. E a Lei, quando se fala aqui de aluguer de contador, aliás o próprio Secretário de Estado do Consumidor, através da Direcção-geral do Consumidor, considera ilegal esta tarifa de disponibilidade. E, portanto, a empresa municipal não pode numa situação destas trazer para aqui um tarifário, nomeadamente nesta questão da tarifa de disponibilidade, quando a 07-10-08 a Direcção-geral do Consumidor – e se calhar agora isto tem inter relação com o por que é que querem eliminar o Conselho Geral onde tem a DECO e a ACOP, quando a DGC considera ilegal a taxa de disponibilidade. Inclusivamente, o próprio Secretário de Estado ameaçou com processos o Ministério Público. E, portanto, esta polémica tarifa devia haver por parte das Águas de Coimbra uma inovação em relação a isto. Não é fazer igual, isto é igualzinho, as folhas do ano passado e deste ano. Portanto devia ter havido aqui uma certa inovação e para isso é que há os serviços, e por isso é que há técnicos pagos, e por isso é que há contratações que deviam ser avaliadas para fazer este tipo de situação. E eu digo-lhe concretamente em relação à... o artigo 8º do DL que entrou este ano, como sabe, em 26 de Fevereiro, em que diz que é proibida a cobrança aos utentes de qualquer importância a título de preço de aluguer amortizações ou inspecção periódica de contadores ou de instrumentos de medição de serviço utilizados. E, por outro lado, da mesma forma, é proibida qualquer outra taxa que não tenha uma correspondência directa com o encargo em que a entidade prestadora do serviço essencialmente daí decorra, com excepção da contribuição para o audiovisual no ponto 2 da alínea c). e, portanto, basta ver o que diz o Sr. Secretário de Estado e a DGC, as situações em termos de processos e que já foram analisados em relação a isto, e eu esperava que houvesse aqui bom senso em relação a isto por parte da empresa municipal, isto é, porque é para isso que estão lá os técnicos. Srs. Vereadores, eu acho que estarmos a aprovar um tarifário em que, por mais que inovação se enquadre a situação dos contadores em que muda de aluguer de contador para tarifa de disponibilidade, em que segundo um DL do Estado aprovado em Fevereiro, não se tem atenção, nesse sentido tem que haver aqui um cuidado em relação a isto. Já agora também aqui a posição da DECO e da ACOP, que têm reflectido sobre isto, em que diz a própria DECO que a disponibilidade de serviço está incluída no próprio serviço. E, portanto, seria mais curial que em vez de estarmos a penalizar as famílias com uma situação destas de valor mensal, que tanto penaliza o pobre como o rico, quem consome mais ou menos água, isto é, deveria então ter aumentado o preço respectivo em termos de metragem cúbica e assim não estava a penalizar o coitado que até consome menos água e que tem um aumento claro em relação a esta tarifa de disponibilidade. E, portanto, era mais uma nota. Resumindo isto: situações de preocupações sociais não são reflectidas neste orçamento com um aumento de sensivelmente 10, 11%; situação da tarifa de disponibilidade – não é alterada e não cumpre a directiva e o DL de FEV. 2008 e penalizamos as famílias em detrimento dos consumos não familiares. Isto no momento em que estamos, num momento dramático das famílias, num momento de intervenção, não podemos ter este tipo de postura de uma empresa que efectivamente tem de estar virada para o investimento – foi sempre esse o objectivo, mas também tem que estar virada para a transparência e o rigor de tal maneira que não cometa erros de palmatória, sob pena de este, segundo diz o ofício do Sr. Secretário de Estado de 07-10-08, quem aprovar isto deste modo vai levar com um processo do Ministério Público e considera ilegal. Eu acho que deveria haver aqui o bom senso da Administração analisar isto, verificar qual é o efeito – já agora gostaria que me dissesse qual é o valor mensal da taxa de disponibilidade que aqui é considerada ilegal, o reflexo que tem na prestação de serviços, e, por outro lado, que me dissesse concretamente e a todas as pessoas presentes o porquê de na drenagem de águas residuais de utilizadores familiares e nos outros haja este aumento que eu acho que é penalizante para as famílias, nomeadamente aqui de Coimbra e que não deviam ter esta penalização nesta altura e com estas características”.

O Sr. **Professor Jorge Temido** disse que a actividade de entidades gestoras, como a Águas de Coimbra, é supervisionada pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR). No site do IRAR podem consultar-se os esclarecimentos acerca das tarifas de disponibilidade e das tarifas volumétricas, sendo que o conceito apresentado pela Águas de Coimbra está conforme as indicações do IRAR. O mesmo acontece por exemplo na EPAL, na Águas do Gaia ou na Águas do Porto. Por outro lado, existe um regulamento de tarifário pronto, que entrará em vigor em 2010, em que as estruturas do tarifário são já definidas pelo Governo e por Decreto-Lei, não podendo a Águas de Coimbra divergir daquilo que será o futuro. A empresa, neste mandato, a única alteração que fez à estrutura do tarifário foi introduzir na tabela o escalão social, que vai

extinguir-se com o novo regulamento tarifário. Admite que possa haver uma contradição entre o Ministério do Ambiente e entidades ligadas ao Direito do Consumo, mas isso ultrapassa a actividade da empresa. Relativamente ao que está no documento, é um rumo claro, que é para manter, ou seja, a empresa deve atingir eficácia operacional, tendo formas de saber quanto, onde e como está a gastar e tentar ser mais eficaz procurando atingir a excelência. Chegou-se a um momento de mudança de paradigma, houve um momento de uma grande preocupação na construção de infra-estruturas, necessárias para haver igualdade, que é uma política social. Agora temos as infra-estruturas e temos que as gerir com competência e isso faz-se com ferramentas e recursos humanos, explicou.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** considerou que a Águas de Coimbra se encontra num momento muito importante de investimento e trabalho de expansão do serviço público que presta no Concelho. A apreciação que tinha vinha sendo reforçada, sobretudo com a expansão da zona norte, com o investimento relativo à protecção das captações de água da Boavista, bem como à expansão a montante, designadamente na zona de Torres do Mondego, sendo de realçar este esforço financeiro que a Câmara Municipal de Coimbra está a fazer. Quanto ao plano de actividades, o Sr. Vereador gostaria que esse esforço financeiro fosse mantido e que haja dados concretos acerca dos vários investimentos que vão ser feitos. Falou da remodelação no Bairro de Celas, que ainda não se iniciou, contrariamente à data que o Sr. Professor lhe tinha comunicado, mas espera que venha a iniciar-se ainda no quarto trimestre de 2008. Esta é uma situação que tem levado a muitas queixas dos munícipes na zona do Planalto do Ingote e Lordemão, onde a sucessão de roturas das condutas de água é um assunto muito polémico. Manifestou a sua preocupação com a manutenção das ETARes, em especial a ETAR que situa na zona de Torres do Mondego, que apesar de construção recente apresenta já brechas no edifício, devendo a Câmara Municipal de Coimbra intervir junto da Águas do Mondego, no sentido de haver um corpo de manutenção destes equipamentos sob pena de não se controlar o seu bom desempenho. Ainda no plano de actividades, pediu esclarecimentos quanto à aplicação do SIADAP e em relação ao objectivo rever o acordo da empresa, em que sentido está a ser feito. Relativamente ao tarifário, não entrando na polémica da classificação conceptual de imposto ou tarifa, parece-lhe menos interessante que o peso da componente fixa realmente aumente, não apenas por razões de justiça mas também por razões de dissuasão do desperdício. Se na factura a parte que varia com o que se gasta pesa cada vez menos em relação à componente fixa, o convite a que se gaste menos vai sendo cada vez menor. Acrescentando ainda o facto de que a tarifa fixa de drenagem de águas residuais tem também um aumento bastante superior ao aumento do metro cúbico que se gasta. Nesta perspectiva, e sendo a água um bem escasso, com uma componente de energia para chegar ao consumidor muito importante, pediu esclarecimentos sobre se a estratégia era de continuar sempre a aumentar a componente fixa em vez da variável. Referiu o problema das tarifas não domésticas de algumas instituições. Existem instituições públicas que desempenham relevantíssimo serviço público em Coimbra e não podem ter um tarifário quatro vezes superior ao industrial, dando como exemplo o Estádio Universitário.

O Sr. **Vereador Álvaro Seco** disse discordar totalmente da estrutura tarifária, por a considerar injusta, uma vez que procura fazer política social para alguns mas não para todos. Fazendo alusão à crise financeira que se tem vindo a sentir, questionou onde estava na proposta o apoio às pequenas e médias empresas, ao comércio e aos clubes desportivos amadores. A Águas de Coimbra compra a água a um valor de 0,43€, o custo médio de produção / venda ao cliente é de 0,76€/m³.

O Sr. **Professor Jorge Temido** esclareceu que, jogando com o preço de compra e o preço de venda, o cálculo é $0,42€ \times 17/11$ a comparar com o preço médio a que vendem aos clientes.

O Sr. **Vereador Álvaro Seco** disse que, no escalão 6 a 15m³ é de 0,76€, estão a vender abaixo do custo, tendo o Sr. Professor concordado.

O Sr. Vereador Álvaro Seco disse que nas colectividades muita da água que se gasta é para banhos, portanto, com fim social, e estas acabam por ser penalizadas. Concluiu dizendo haver um claro abuso de posição dominante, uma vez que, não havendo concorrência, a Águas de Coimbra fixa os preços como quer e mantém esta estrutura tarifária que ao longo dos anos tem mostrado não corresponder às necessidades, pelo que espera que no próximo ano esta venha a ser profundamente alterada.

O Sr. **Vereador Luís Providência** realçou a importância da obra que a Águas de Coimbra tem vindo a fazer, nomeadamente no saneamento das freguesias rurais, que era de facto uma necessidade premente no Concelho de Coimbra. Relativamente ao tarifário, e na sequência da intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco, disse não estar tão preocupado, com a situação dos clubes, uma vez que a Câmara Municipal os financia e estes utilizam equipamentos do Ministério da Educação, ou seja, provavelmente a água que as escolas pagam está paga em dobro pelo Município. Referenciou um clube que a Câmara financia que deixa na mesma escola onde tem as crianças a treinar 9.000,00€ por ano, perante isto, é a Câmara, é o poder local a financiar o Ministério da Educação. Pediu esclarecimentos quanto ao plano de actividades, nomeadamente: sendo este um plano previsional, por que não foi considerada a possibilidade de ser aprovada a alteração estatutária e não estar incluído um conselho fiscal ou fiscal único e roc. Referiu existir uma sobreposição de propostas, uma vez que se faz referência à conservação e reparação mas há outra rubrica que diz materiais diversos e conservação, que somadas as duas rubricas dá um valor de 900.000,00€. Se a rubrica comunicação tem a ver ou não com a rubrica publicidade e propaganda, que juntas dão o valor de 700.000,00€. Noutras rubricas como: Outros custos não

especificados com pessoal – 250.000,00€; Contratos de trabalho a termo certo – 284.000,00€, sendo verbas significativas importa saber a que se destinam. Outro aspecto importante de perceber: Compras de artigos para o Museu da Água – 5.370,00€, Vendas de artigos do Museu da Água – 1.200,00€, quando já existe uma rubrica Artigos para oferta – 3.507,00€. Do ponto de vista do Sr. Vereador, a Câmara tem de se inteirar dos orçamentos das empresas municipais para poder saber o que fazer do seu próprio orçamento.

O Sr. **Professor Jorge Temido**, em resposta ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro, disse relativamente à reabilitação da rede de água existirem duas empreitadas que estão previstas no plano de investimentos. Uma delas encontra-se em curso no Bairro Norton de Matos, onde se está a proceder à substituição das redes de água através de uma tecnologia que não utiliza valas, afim de não causar transtorno à população. Esta mesma empreitada irá correr vários pontos do Concelho entre os quais os que o Sr. Vereador citou e que são problemáticos. Existe a preocupação de retirar o fibro-cimento das redes de água. Havia uma dificuldade ao nível da gestão patrimonial de activos da empresa, não havia um sistema de informação geográfica com a localização das redes, estando a ser feitos os levantamentos das redes e colocados em suporte informático, com a idade e os materiais que têm, ou seja, o cadastro. Vão-se substituindo as condutas à medida que o seu estado de conservação se vai deteriorando, com a indicação dada pelas roturas e recorrendo de alguma forma à memória de funcionários da empresa. Quanto à ETAR de Torres do Mondego, quem faz a sua exploração é a Águas do Mondego, por solicitação da Junta de Freguesia de Torres do Mondego e a empresa, por simpatia, deu conhecimento da resposta à Águas de Coimbra. Realmente existem deficiências na ETAR, está a ser feito um estudo do problema, nomeadamente as causas e a averiguação do nível das obras necessárias à sua reabilitação. Quanto ao SIADAP e à avaliação dos trabalhadores, a avaliação de desempenho é instrumento importante na gestão dos recursos humanos que estão a cargo das empresas. Na Águas de Coimbra existia um sistema de avaliação próprio em que os trabalhadores do Município que estão em regime de requisição eram avaliados, para que essa avaliação contasse para efeitos de progressão na carreira, a partir de 2006, afim de evitar que os trabalhadores fossem avaliados pela Câmara que não teve com eles contacto. Ficou acordado com o sindicato que o sistema de avaliação de desempenho a adoptar seria o novo sistema de avaliação da Administração Pública, o SIADAP III. Em relação à evolução do acordo da empresa são os efeitos do SIADAP III e também algumas implicações que o Novo Código do Trabalho possa vir a ter na actividade da empresa. Na estrutura do tarifário, algumas das dificuldades expressas pelos Srs. Vereadores advêm do facto de anteriormente serem matérias de âmbito municipal e o Executivo tinha por proposta dos serviços homologar e que agora passou a um nível acima. O novo regulamento tarifário define a estrutura do tarifário do que é doméstico e não doméstico e, por ter sido deferido, em princípio, até estaria a vigorar este ano. Assim, não vale a pena a Águas de Coimbra ter uma estrutura de tarifário própria se existe uma estrutura que será imposta em 2010, que todas as empresas, todas as entidades gestoras terão de cumprir. Referiu que a Associação de municípios foi ouvida e que muitos transmitiram as preocupações que este Executivo tem, no entanto, chegou-se a uma versão final.

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** questionou se não forem introduzidas alterações até 2010, como se vai conseguir fazer repercutir de uma vez só, em 2010, os novos critérios de aplicação do tarifário. Na sua opinião, era preferível que os serviços fossem introduzindo lentamente as alterações que achassem adequadas. O Sr. **Professor Jorge Temido** disse compreender a posição do Sr. Vereador, no entanto reafirmou que as empresas vão ter todas a mesma estrutura de tarifário, logo, se a Águas de Coimbra tivesse um para 2009, este só valeria durante este ano. A empresa compara os seus indicadores de desempenho quer internamente, quer voluntariamente com o IRAR, com cerca de 27 empresas de concessão ou de capitais mistos, e internacionalmente com os países do norte da Europa. Os preços vão ser feitos com muita transparência, de acordo com uma contabilidade analítica. O regulador terá em atenção a imputação dos custos numa das categorias fixa ou variável. Se atendermos aos tarifários dos países do Norte da Europa temos que o custo do metro cúbico de água é muito reduzido e que o custo fixo é bem maior do que em Portugal. Na sua opinião, poderemos seguir pela mesma via, mas não tem a ver com nenhuma orientação estratégica das empresas, mas sim com a sustentabilidade do sector em Portugal.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Vereador Luís Providência, o Sr. **Professor Jorge Temido** disse que nas remunerações não existe Conselho Fiscal porque a empresa, a não ser que o determinem quando aprovarem os estatutos, não vai ter imediatamente um Conselho Fiscal, vai ter um Fiscal Único. A empresa só terá Conselho Fiscal quando reunir duas condições cumulativas: mais do que 200 trabalhadores (que já tem) e mais de 100 milhões de euros de activos (ainda não tem, tem cerca de 90 milhões) e isto em dois exercícios económicos consecutivos. Assim, no exercício do próximo ano vai ter um Fiscal Único e um Revisor Oficial de Contas e constará na conta de honorários. Em relação aos artigos do Museu, chamou a Sra. Directora Financeira para explicar melhor este assunto. Relativamente aos materiais de conservação e reparação, a **Dra. Ema** referiu a conta 31 – Compras, em que todas as situações de manutenção de rede, ou seja, materiais consumíveis são requisitados ao armazém, é o controlo permanente das existências. Na conservação o custo é directo, são sobretudo encargos com viaturas e situações de compras directas ao mercado, ou seja sem requisição interna. São, de facto, valores elevados, em que a empresa tem vindo a reduzir sistematicamente a nível de Existências, através do aumento de rotação das mesmas, de forma a manter praticamente um stock na casa dos fornecedores. Quanto à Publicidade e Propaganda, disse serem conceitos do POC, acrescentando só os anúncios dos concursos da empresa e interrupções de água por motivo de obras, que são cada vez mais sistemáticas, obrigando ao cumprimento da legislação em vigor, com a antecipação habitual e publicação nos principais diários regionais. No caso da Comunicação, diz respeito

aos portes. Com a nova legislação a facturação passou a ser mensal e, portanto, os portes e telefones são o grande peso da comunicação.

O Sr. **Vereador Vítor Batista** disse que fazendo a comparação entre o documento agora proposto e o do ano anterior não se consegue perceber se o desperdício de água aumentou ou diminuiu. A segunda questão era se já foi utilizado todo o empréstimo de 12 milhões de euros, se os 6 milhões para 2009 são o resto do empréstimo. Por último, o investimento de 14 milhões que está previsto para 2009, de acordo com o mapa financeiro, supostamente tem financiamento, no entanto, o passivo já é de 21 milhões. Se somarmos mais 7 milhões, ficamos com 28 milhões para 2009. Acerca do tarifário, disse não saber se a taxa de disponibilidade é legal ou não e questionou se já havia pareceres sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente** disse que na altura em que o Executivo instituiu esta tarifa a questão foi claríssima, explicou-se porque é que era tarifa e a que se aplicava e como se indexava o investimento e como é que o IRAR considerou que esta era uma norma imune a qualquer declaração de ilegalidade. O Executivo aprovou esta matéria muito antes de terem sido despertadas as controvérsias em relação às taxas de aluguer do contador.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** perguntou quando é que seriam feitos novos contratos de água na Loja do Cidadão.

O Sr. **Professor Jorge Temido** esclareceu, quanto às perdas de água, que a Águas de Coimbra ainda não está a ser facturada pelos caudais reais, porque a aplicação do acordo que têm com a Águas do Mondego provavelmente começará em 2011, quando essa entidade tiver feito o investimento necessário no Concelho de Coimbra para separar totalmente as redes. De qualquer modo, as perdas serão na ordem dos 34%, fruto da divisão da rede em zonas de missão e controle, no sentido de se poder fazer uma auditoria de quanta água entra, quanta sai, e onde está a diferença. Por outro lado, a realização de balanços hídricos nestas zonas e a aquisição de equipas dedicadas ao controle activo de perdas, isto é, equipamento que anda na rua e que se faz durante a noite à procura de perdas. Quanto a fazer contratos de água na Loja do Cidadão, é necessária uma aplicação comercial, a qual não há possibilidade de ter na Loja. Estão a introduzir um novo software na empresa e, posteriormente, julga terem condições para o fazer na Loja. Fez uma chamada de atenção para algo que consta no plano de actividades: Facilitar o acesso dos clientes à empresa por qualquer uma das vias, quer seja pela via electrónica, quer seja pela via presencial e, por outro lado, o tratamento das reclamações. No fundo, cumprir a norma 10002 – quem reclama deve receber no dia a seguir o n.º da sua reclamação, o prazo da resposta e definir internamente quem são em back office as pessoas responsáveis pelo tipo de problemas levantados pelas reclamações. Na versão definitiva, a empresa vai estar em produtivo em Março de 2009, com o CRM, um software próprio para gerir a relação entre a empresa e o seu cliente. Antes disso, e não de uma forma tão expedita, para o ano económico 2009 pretende-se que a empresa Águas de Coimbra trate das reclamações como se fazem nas melhores práticas.

O Sr. **Vereador Luís Vilar** perguntou quando é que a empresa pensa ter um número de reclamações ou sugestões para todos os telefones e não só para os fixos. O Sr. **Professor Jorge Temido** respondeu que a empresa dotou-se de diferentes equipamentos, um deles é uma nova central telefónica, e na nova abordagem ao cliente vai ser criada uma linha azul e uma linha verde, para tratar de assuntos de diferente ordem, sendo que com a nova central já não há obstáculos dessa natureza, todas as chamadas serão recebidas independentemente da rede telefónica.

Face ao exposto e tendo por base os documentos apresentados pelo Conselho de Administração da Águas de Coimbra - EM, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6293/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2009 da AC, Águas de Coimbra, EM, documentos que, dada a sua extensão, ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-presidente e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Luís Providência e Mário Nunes. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Pina Prata, Vítor Batista, Álvaro Seco e Luís Vilar.

XIII.2. Proposta de tarifário para vigorar em 2009

Tendo por base os documentos apresentados pelo Conselho de Administração das Águas de Coimbra - EM, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6294/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar o Tarifário para 2009 da AC, Águas de Coimbra, EM, documento que, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-presidente e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Luís Providência e Mário Nunes. Votaram contra os Srs. Vereadores Pina Prata, Vítor Batista, Álvaro Seco e Luís Vilar. Absteve-se o Sr. Vereador Gouveia Monteiro.

Nesta altura, e por passarem das 17 horas, iniciou-se a discussão do Ponto XV

PONTO XV – (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

1. Jorge Castanheira Barros

O Sr. **Dr. Castanheira Barros** questionou como era possível estarem a processar-se operações de co-incineração de resíduos industriais perigosos em Souselas, quando é sabido que existem, na única estrada municipal de acesso à cimenteira, placas que proíbem a circulação desses resíduos.

O Sr. **Presidente** disse que essa medida tem vindo a ser muito contestada, designadamente pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária do Ministério da Administração Interna, que impôs a retirada dos sinais de trânsito. Acrescentou haver uma sentença favorável à Câmara Municipal de Coimbra, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, no sentido de essa determinação ser ilegal, suspendendo assim a eficácia do despacho da Autoridade Nacional de Segurança de 05 de Julho de 2008. Portanto, as placas devem ser mantidas no local pois são absolutamente legais.

O Sr. **Dr. Castanheira Barros** perguntou ao Sr. Presidente quantas contra-ordenações tinham sido aplicadas pela Câmara Municipal, até hoje, à CIMPOR.

O Sr. **Presidente** disse que não compete à Polícia Municipal aplicar essas contra-ordenações, centrando-se o problema na eficácia da determinação da coima. Independentemente da questão estar a ser resolvida em Tribunal, o Sr. Presidente voltou a referir a sentença favorável, não estando a Câmara Municipal a actuar na ilegalidade. A CIMPOR contactou o Sr. Presidente na altura e estabeleceu com a Câmara uma forma de actuação, que respeitou durante muito tempo, em que pediam autorização, respeitando assim a Lei, para poderem passar com os resíduos.

O Sr. **Dr. Castanheira Barros** perguntou se a questão que está em Tribunal se refere às acções populares contra a co-incineração ou se é referente a algum recurso que tenha sido interposto pela Câmara Municipal.

O Sr. **Presidente** disse que a questão que estava em Tribunal é o problema da legalidade das referidas placas.

O Sr. **Dr. Castanheira Barros** colocou outra questão que tem a ver com a violação do Plano Director Municipal de Coimbra. A co-incineração de resíduos industriais perigosos é uma actividade industrial de gestão de resíduos, não havendo qualquer dúvida sobre esse enquadramento, portanto, uma actividade distinta do fabrico de cimento. Assim, questionou o que tem feito a Câmara Municipal quanto à violação do artigo 49º, n.º 4, do PDM, uma vez que está a ser exercida uma nova actividade industrial sem a prévia aprovação de um Plano de Pormenor.

O Sr. **Vice-Presidente** disse que a questão colocada faz parte da fundamentação da Câmara Municipal nos processos que tem em curso.

O Sr. **Dr. Castanheira Barros** perguntou se a Câmara moveu alguma acção administrativa especial contra a co-incineração que vá para além da relacionada com o despacho que dispensou a avaliação de impacto ambiental, ou seja, se a Câmara pôs em causa os próprios licenciamentos.

O Sr. **Presidente** esclareceu que este foi um dos fundamentos da acção principal interposta pela Câmara, que teve vencimento na Primeira e Segunda Instância e perdeu no Supremo, tendo sido julgado o caso em relação a esta questão.

O Sr. **Dr. Castanheira Barros** questionou se o caso julgado era referente ao despacho do Ministro do Ambiente que dispensou da Avaliação de Impacto Ambiental. Depois disso, houve licenciamentos, mais concretamente foram atribuídas três licenças à CIMPOR, nomeadamente Licença Ambiental de Instalação e Exploração, que foram postas em causa, por um conjunto de cidadãos de Coimbra quer através de acções cautelares, com vista à suspensão da sua eficácia, quer através de acções administrativas especiais que estão em curso. Recordou que o Sr. Presidente tinha assumido o compromisso público de avançar com duas acções que não têm a ver com a referida.

O Sr. **Presidente** disse que o advogado da Câmara entendeu que devia constituir-se nessas acções feitas pelos municípios em vez de serem efectuadas acções autónomas, e foi esse o procedimento adoptado.

O Sr. **Dr. Castanheira Barros** questionou a quem é que a Câmara Municipal estava a comprar cimento para executar obras autárquicas.

O Sr. **Presidente** disse que a Câmara estava obrigada a fazer concursos públicos de fornecimento, em que a compra é efectuada ao melhor preço.

2. António Luís Fernandes Quintans

O Sr. **António Quintans**, em representação de um grupo de cerca 40 comerciantes da zona da Baixa de Coimbra, manifestou a preocupação com o clima perigoso e de insegurança que se tem vindo a sentir há já algum tempo na Baixa. Mais concretamente com a onda de assaltos que têm vindo a sofrer, cujo pico foi atingido no ano passado, mas a partir de Janeiro do ano corrente tem vindo a acentuar-se. Como exemplo, disse que desses 40 comerciantes cerca de 25 sofreram assaltos nos últimos dois anos, alguns já foram assaltados cerca de 16 vezes no total e a firma Almeida Geraldês, Lda., de Janeiro até agora, foi assaltada quatro vezes. Dos cerca de 500 estabelecimentos da Baixa, 2/3 foram assaltados nos últimos dois anos. Ele próprio no último ano foi assaltado 3 vezes e mesmo com grades e alarmes instalados no seu estabelecimento, não evitou o assalto. Este clima tem gerado medo nas pessoas, mas ao mesmo tempo alguma apatia por a situação não ser resolvida. Recordou que no ano passado esteve presente numa reunião de Câmara, na altura do referido pico dos assaltos, em que o Sr. Governador Civil Henriques Fernandes recomendava ao Sr. Presidente da Câmara a criação de guardas-nocturnos. No entanto, o Sr. Presidente disse que a responsabilidade da segurança pública era da PSP. Por sua vez, a PSP disse que a responsabilidade era dos comerciantes e que estes tinham de colocar grades e/ou outros meios para resistirem às tentativas de assalto. Sendo os últimos elementos desta cadeia, neste momento os comerciantes apelam à Divina Providência que os proteja. Salientou o facto de que nos estabelecimentos não estão apenas coisas materiais, mas também a vida e alma das pessoas, não podendo assim, o Sr. Presidente excluir-se dessa responsabilidade, uma vez que é o responsável pela protecção civil da população. Disse que a segurança é o pilar de um Estado de Direito e é fundamental para o desempenho de todas as actividades. Quanto às câmaras de vigilância que serão instaladas na Baixa, considera que podem ser um meio de prevenção se houver funcionários à frente dos visores, caso contrário, se apenas forem colocadas como meio de gravação, não vão surtir quaisquer efeitos preventivos, considerando assim ser necessário mais policiamento nas ruas. Frisou que durante o dia há duas polícias na Baixa, e durante o período da noite não há polícias na rua. Concluiu apelando ao Executivo ajuda na resolução desta situação.

O Sr. **Presidente** disse que as Câmaras Municipais não têm responsabilidades nem atribuições em termos de segurança pública, sendo esta da competência da Polícia de Segurança Pública. Acrescentou que a Câmara Municipal de Coimbra tem reportado ao Comando da PSP as situações que os municípios descrevem que ocorrem na Baixa da cidade, sendo obrigação da PSP a organização de uma resposta a essas preocupações. A Câmara Municipal não pode nem deve imiscuir-se em funções que não são da sua competência. Referiu um parecer, recente, da Procuradoria-Geral da República, que dizia que as Polícias Municipais não são Polícias de Segurança Pública nem podem ter funções dessa natureza. A Câmara Municipal de Coimbra entendeu colaborar com a PSP, que transmitiu não ter agentes em número suficiente para policiar a cidade. Nesse sentido, o Sr. Presidente teve uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna onde ficou acordado a aplicação de um programa de instalação de câmaras de segurança. O estudo, a localização e a gestão dessas câmaras é da responsabilidade da PSP que, em caso de necessidade, fará accionar os seus próprios meios. A Câmara Municipal a única coisa que faz é concursar e pagar a instalação desse sistema. Informou que foi pessoalmente com o Director do Gabinete para o Centro Histórico a Lisboa entregar ao Sr. Secretário de Estado da Administração Interna esta proposta, estando agora a aguardar que a Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais se pronuncie. Outra das questões fundamentais da Baixa que referiu foi a desertificação, que tem vindo a acontecer desde os últimos 30 ou 40 anos até à data. As pessoas deixaram de viver na Baixa, o que leva a uma grande debilidade deste tecido, principalmente à noite. Antigamente, a filosofia da Polícia tinha por base os patrulheiros, que hoje não existem. Há polícias a fazer essencialmente o levantamento de contravenções, contra-ordenações, elaborar processos e polícias em carros patrulha para fazer as rondas diárias. Na altura, a Polícia disse que os comerciantes estavam nesta situação porque não estavam suficientemente protegidos, uma vez que não tinham os devidos sistemas de protecção. O problema dos assaltos não se fica pela Baixa nem pelos estabelecimentos comerciais, também têm ocorrido assaltos nas escolas e em todos os locais do concelho. O Sr. Comandante da Polícia de Segurança Pública disse que a Lei Penal foi alterada, o que se traduziu numa multiplicidade de assaltos por as pessoas terem consciência da impunidade. Reduzindo o valor monetário da importância do furto para efeitos da penalização, o que acontece é que as pessoas furtam até um determinado montante porque sabem que não têm nenhuma penalização e furtam tantas vezes até atingirem o limite. Não havendo resposta organizada por parte da PSP, a Câmara Municipal só poderá ajudar dentro das suas competências ou tentando pressionar a PSP publicamente para assumir a defesa das pessoas e dos bens.

O Sr. **António Quintans** questionou qual era a função do Sr. Presidente Carlos Encarnação enquanto Presidente da Protecção Civil Municipal.

O Sr. **Presidente** respondeu dizendo que a Protecção Civil não tem a ver com a segurança pública, existe para fazer face a catástrofes, acidentes e outro tipo de situações de crise.

O Sr. Vereador Vítor Batista disse não querer fazer nenhum aproveitamento político desta matéria delicada e reconheceu algum sentido na intervenção do Sr. Presidente. No entanto, não ficou satisfeito pela forma como estava a ser dada resposta a uma situação desta natureza. Questionou o porquê da situação da videovigilância estar a demorar tanto tempo a ser resolvida, ao que o Sr. Presidente voltou a mencionar que levou esse processo em mão ao Sr. Secretário de Estado, que o remeteu de imediato para a Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais e que sem esta entidade se pronunciar o sistema não pode ser instalado. Acrescentou ter sido proposto inicialmente um sistema de videovigilância que operava de dia e noite e foi recusado pela Comissão. Assim, e no sentido de o sistema poder ser aprovado, alterou-se a proposta, elaborada pela PSP, ficando o sistema operacional apenas durante o período nocturno.

O Sr. Vereador Vítor Batista disse não ser suficiente o argumento que esta é uma matéria exclusivamente da Polícia de Segurança Pública e que a Câmara Municipal não tem capacidade de resposta. Apesar de a PSP ter funções de segurança, um Presidente de Câmara tem muitos meios para fazer sentir os problemas que existem, sobretudo desta natureza, e para os quais tem de existir uma resposta. Está ao alcance do Presidente o seu inconformismo e intervenção no sentido de alertar quem tem obrigações nesta matéria e que tem obrigatoriamente de agir. Acrescentou que embora a Polícia Municipal não tenha competências de segurança pode funcionar como elemento de dissuasão, podendo vigilar e alertar para a intervenção da PSP. Ficou surpreendido por não saber que a situação tinha chegado a um nível tão grave e, sendo a favor da videovigilância, disse ir inteirar-se da resposta da Comissão de Protecção de Dados. Sugeriu ainda ao Sr. Presidente que este solicitasse uma reunião conjunta com o Sr. Comandante da PSP e o Sr. Governador Civil para encontrarem uma solução para o problema.

O Sr. Presidente voltou a referir que a Câmara não tem competências específicas nesta área, e que tem apresentado este assunto várias vezes às instituições que têm poder para intervir. Repetiu que a Procuradoria-Geral da República fez um parecer específico sobre a questão das Polícias Municipais e da Polícia de Segurança Pública acerca das dúvidas que andavam a ser levantadas. Ficou esclarecido que as Polícias Municipais foram inventadas para retirar competências administrativas às polícias de segurança pública para que estas ficassem mais livres para actuar nas outras áreas. A Câmara Municipal já teve várias reuniões com o Comandante da Polícia, que inclusive fez o estudo das câmaras de vigilância na intervenção na Baixa e esteve presente na reunião com o Sr. Secretário de Estado, cabendo ao Sr. Comandante a resolução do problema.

O Sr. Vereador Pina Prata disse: "Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Municípes, eu gostaria só e também não querendo tomar nota oposição sobre uma intervenção, considerando demagogia esta intervenção, gostaria de dizer o seguinte. A Polícia Municipal foi criada com um objectivo concreto e definido em termos da articulação legislativa. Apesar do Sr. Presidente dizer que a Policia de Segurança Pública é que deveria tratar disso, eu lembro uma coisa. A Polícia Municipal tem uma intervenção de natureza de fiscal do dia a dia das questões que têm a ver com operações dos carros, das viaturas. A questão preventiva é das questões mais fundamentais em termos da situação da segurança e quer queiramos quer não, quer seja a Baixa quer seja outras zonas. A questão preventiva é das mais fulcrais, ainda na semana passada tivemos aqui um orçamento de ajuste público de 500.000,00€ para um situação de segurança para os edifícios municipais. O que é que custa sobre uma receita de parcómetros de 1.600.000,00€ como foi feito, que se enquadre uma medida discriminatória positiva em relação a este espaço e a outros da cidade que tenham a ver com uma situação preventiva, se a Policia Municipal não está a cumprir essa vertente preventiva. Porque é que a Policia Municipal anda aí durante o dia muitas vezes sem nada para fazer? O que acontece noutras cidades, vejamos o caso do Porto, de Cascais e Viseu, de Lisboa? Viu-se na televisão que andava a Policia Municipal no Bairro Alto à uma e tal da manhã. Quem viu ontem na SIC Noticias este tipo de situação? Porque é que não se faz isto? Porque é que não há duas pessoas que circulam à noite? É preciso dotar de meios financeiros? Vai-se buscar uma percentagem sobre o valor da receita que vão para os parcómetros dos SMTUC. Vai-se enquadrar situações de apoios, uma medida concreta em relação a isto. Eu não vejo qual é a dificuldade. A questão da PSP é uma questão punitiva. Admito perfeitamente que a Policia Municipal não pode ter uma atitude punitiva mas tem de ter uma atitude preventiva perante os municípes de Coimbra e de zonas problemáticas e quer queiramos quer não esta como outras, como o Sr. Vereador diz o Planalto do Ingote, muito bem. Não se tomou medidas preventivas? Não se deu valores financeiros, Sr. Vereador? O que o Sr. propôs aqui não aprovámos? Porque o Sr. não vem propor, eu não proporei isso pela simples razão que o Sr. dizia que era demagogia. Agora porque é que o Sr. não faz esta coisa que em termos de valor introduziu no Planalto do Ingote o conjunto de milhares de euros, por que não põe 50% dos valores de milhares de euros para uma medida discriminatória e preventiva, nesta e noutras zonas que tenham problemática. Isto não é demagogia, isto é acima de tudo uma situação concreta e estamos cá para isso. O primeiro e último responsável autárquico não pode sob pena de estarmos aqui a fazer faz de conta e não estamos aqui a fazer de faz de conta, não pode chutar e aos costumes não diz nada, não pode dizer. Tem que em função dos municípes, em função de situações concretas decidir. E portanto, Sr. Presidente, não custa nada, como medida preventiva, quantos activos tem a Policia Municipal? Queremos saber também. Quantos activos? Quantos estão ao trabalho? Quantos estão em situações de recursos humanos, da craveira do Marcelo Nuno, quantos estão em situação de baixa? Quais são os activos da Policia Municipal? Quantas pessoas custam por mês? O que estão a fazer? Não se sabe. Quantos foram contratados? O que é que eles estão a fazer no dia a dia? Quantos têm baixas? A avaliação de desempenho dessas pessoas? Agora ponha-os na Baixa durante o dia, durante a noite, a questão da prostituição, a questão da mendicidade, a questão da venda ambulante tem de ser resolvida nesta e noutros sítios. E portanto isto tem

B

que ser um problema de nós todos, não é um problema só da Baixa é um problema de nós todos. É um problema da segurança dos nossos filhos, é um problema da segurança das pessoas que vêm aqui à noite e portanto nesse sentido durante o dia. Lá por andar aqui durante o dia muita gente à noite também não têm condições que vão aos restaurantes, não há situações de noite? Porque é que não são aprovadas situações aqui que têm a ver com licenciamentos específicos no sentido de animar a situação da noite na Baixa? Como existe em Leiria. Medida de discriminação positiva em relação a isto. Porque é que não se faz isso? Porque é que não se põe a funcionar o Vereador João Rebelo está na Agência, está lá dito claramente que é uma das competências da Agência e a Câmara tem maioria em relação a isso da segurança. Contrate-se uma empresa, custa x? Custa. Se gastamos aqui 500.000,00€ para estar aí nos hortos ou nos sítios x a olhar para não sei o quê, que se ponha, façamos a Big Smile, a Big Smile da Baixa. Não é a Big Smile de enquadrarmos aqui situações às vezes com alguns critérios (...). Portanto, meus senhores, e gostaria de transmitir isto sem demagogia em relação a isto. Isto é um problema de nós todos, não é um problema do daqui não se pode, daqui não se faz, tira daqui as situações. O Sr. Presidente, acho que deve ter, pelos munícipes de Coimbra que votaram em si, deve ter esse tipo de princípio.”

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** disse que o problema não se resolvia se se andasse a fugir dele. A sua proposta é de ir junto dos organismos responsáveis. Disse conhecer quais são as limitações da PSP em Coimbra e a reivindicação do Sr. Comandante da PSP, a quem têm de dotar de meios para poder cumprir a sua missão. Se a questão for lateralizada para a Polícia Municipal não tarda estaremos a pedir bombeiros, estaremos a pedir que os funcionários administrativos também façam patrulha, etc. Propõe que a Câmara, apoiando a reivindicação dos comerciantes, tome a iniciativa de pedir ao Ministro da Administração Interna uma reunião de urgência para se tratar do problema do policiamento na cidade. O problema é da cidade e, por experiência, o Sr. Vereador sabe o quanto custou a pôr em prática um PIPP, um policiamento de proximidade. Acrescentou, em resposta ao Sr. Vereador Pina Prata, que a Câmara não tem nenhuma despesa acrescida em relação a esta matéria no âmbito do Planalto Seguro. Como exemplo, deu o caso da Quinta da Fonte, em Lisboa, em que não foi a Polícia Municipal que interveio mas sim o Corpo de Intervenção. Deixou novamente a sugestão que seja pedida uma audiência ao Sr. Ministro da Administração Interna, que superintende nesta matéria de forças de segurança, reivindicando efectivos para a Coimbra, não só para a Baixa.

Na sequência da intervenção do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, o Sr. Vereador **Vítor Batista** disse não aceitar que o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra se demita da responsabilidade da segurança da cidade. Reconhece as limitações da Lei, no entanto, diz ser obrigação do Presidente diligenciar junto das instituições para solucionar este problema, não se acomodando. Caso o Sr. Presidente solicite intervenção de um problema desta natureza junto de quem tem competência para tal, e não obtiver resposta, o Sr. Vereador disse ficar do lado do Sr. Presidente. Agora, enquanto se não o fizer, não terá o apoio do Sr. Vereador.

O Sr. **Presidente** disse ao Sr. Vereador Vítor Batista para se considerar já do seu lado, porque todas as diligências que fez já são suficientes para explicar por que não foi feita outra intervenção e disse ainda não querer entrar em demagogias. A Polícia de Segurança Pública de Lisboa integra a Polícia Municipal e por isso tem um estatuto diverso, não comparável aos das outras Polícias Municipais do país, e daí ter policiado o Bairro Alto. Quanto ao problema da prostituição e da mendicância, não está ao alcance da Câmara Municipal intervir nessas matérias.

O Sr. Vereador **Luís Vilar** disse ter sido aprovado em reunião de Câmara Municipal a criação da Agência de Promoção da Baixa e que a questão da segurança era da competência dessa mesma Agência. Questionou o Sr. Presidente se em 2003/2004 isto era válido e em 2008 já não o é, se isso não seria demagogia. Perguntou quais eram nesta data as funções dessa Agência e se o seu voto favorável na altura seria demagogo, porque nada foi feito nesta matéria pela Agência. Disse haver soluções que têm de ser imediatas e desafiou o Sr. Presidente para no dia seguinte, pelas 11h30m, ir ao Governo Civil juntamente com os comerciantes, uma vez que o Governador é o primeiro representante da Administração Interna. A Polícia Municipal não tem essas atribuições, mas desde que acompanhada por forças de segurança pública, conforme o parecer da Procuradoria-Geral da República, pode e deve estar no terreno. A Agência de Promoção da Baixa foi criada com fundos monetários previstos para a segurança, por isso deve contratar pessoal para exercer essa função.

O Sr. Vereador **Luís Providência** disse estar-se perante uma situação que reflecte algo que se passa no país, uma situação de insegurança, provocada pela falta de efectivos das forças de segurança, que foi antecipada em bom tempo e que o actual Governo não quis ouvir. Não lhe parece justo estar a criar expectativas quanto ao Sr. Governador Civil porque este com certeza não terá uma “varinha de condão” para disponibilizar efectivos e resolver o problema.

3. Joaquim Serafino Cipriano

O Sr. **Joaquim Cipriano** questionou a razão da fiscalização querer demolir o seu barracão e o porquê da Câmara o querer pôr em Tribunal. Referiu não ter condições económicas para contratar um advogado, mas que conhecia um disposto a defende-lo gratuitamente caso fosse necessário.

O Sr. **Vice-Presidente** disse que a questão colocada era de natureza profundamente jurídica e técnica, assim fazia sentido o advogado do Sr. Joaquim vir à Câmara Municipal e disponibilizou-se para marcar uma reunião com os técnicos.

O Sr. **Presidente** disse que da última vez que o Sr. Joaquim tinha estado numa reunião de Câmara o que ficou combinado foi uma reunião com o Dr. Oliveira Alves para se encontrar um patrocínio pago para poder ir a Tribunal e o Sr. Joaquim não compareceu. Se tem a hipótese de contratar um advogado gratuitamente, então que o faça e que este venha a Câmara falar com o Sr. Vice-Presidente.

Neste ponto, foi retomada a ordem do dia de acordo com a agenda.

PONTO XIV- ASSUNTOS DIVERSOS

XIV.1. Universidade de Coimbra – protocolo de colaboração

Considerando que a Câmara Municipal de Coimbra tem mantido uma estreita colaboração com a Universidade de Coimbra em importantes projectos para a projecção e consolidação do Município de Coimbra, designadamente na sua afirmação enquanto pólo incontornável do conhecimento e inovação, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6295/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar o protocolo de colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Universidade de Coimbra, com vista ao aproveitamento das sinergias de cada uma das entidades na valorização das suas estratégias ao serviço do Município e do País, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apenas à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIV.2. Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro – venda de acções da Lusitaniagás

Sendo intenção do accionista Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro alienar acções da Lusitaniagás, foi comunicado através de ofício da Lusitaniagás, S.A., reg. n.º 65148, de 20/10/2008, se o Município de Coimbra pretendia exercer o direito de preferência na aquisição das referidas acções.

Este sentido, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6296/2008 (03/11/2008):

- **Não exercer o direito de preferência na aquisição das 2.200 acções da Lusitaniagás que o accionista Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro tenciona alienar, pelo valor de € 8,00 por acção, à GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIV.3. Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego

O Sr. Vice-Presidente apresentou, relativamente a este assunto, a seguinte proposta:

“A Câmara Municipal de Coimbra integrou e aprovou os Estatutos da Associação de Municípios do Baixo Mondego, conforme deliberações da Câmara Municipal de 27 de Agosto de 2007 e da Assembleia Municipal de 1 de Outubro de 2007, das quais se junta uma fotocópia.

Tendo presente as alterações ao Regime Jurídico do associativismo municipal – Lei 45/2008 de 27 de Agosto, e o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro de 20 de Outubro último, que se junta em anexo, tornou-se necessário a conversão da Associação de Municípios do baixo Mondego na Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego.

Assim, junta-se em anexo os Estatutos da nova Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, com vista à sua aceitação pela Câmara Municipal.”

O Sr. **Vereador Luís Providência** questionou onde se enquadrava esta nova entidade relativamente ao que era a Associação de Municípios do Baixo Mondego e qual o grau de controlo, de influência que a Câmara Municipal de Coimbra teria sobre esta entidade. Levantou algumas questões nomeadamente quanto à localização da sede, não concordando que esta seja em Montemor-o-Velho, o representante de actividade não estaria bem assegurado, a representatividade da Câmara e da Assembleia como seria feita, etc. Concluiu dizendo considerar importante ser feito

um relatório do que foi a actividade da Câmara na entidade que vai ser extinta para se perceber se Coimbra está a ser tratada com equidade dentro destas instituições.

O Sr. **Vereador Pina Prata** disse: “Se calhar fazia já a questão e tem a ver com esta: há aqui um conjunto de questões que eu gostaria de questionar e que funcionarão como justificação de voto em relação ao que vou dizer. A primeira é que foi solicitado um parecer jurídico à Câmara Municipal de Coimbra das implicações destes estatutos no funcionamento da Câmara. Segundo, estando e tendo sido feita a extinção da Associação dos Municípios do Baixo Mondego, o porquê de não serem trazidas todas as situações do relatório de contas e o enquadramento de extinção relativamente à anterior associação e à criação da nova. Questões dos Estatutos: artigo 2.º - Atribuições, ponto 3 e ponto 4 enquadram uma série de dúvidas nomeadamente em relação à ultrapassagem das competências das Assembleias Municipais; artigo 16.º - Competências da Assembleia Intermunicipal causa-me grandes dúvidas as alíneas l) aprovar a cobrança de impostos municipais e a alínea n) que tem a ver com a questão do endividamento; artigo 34.º - Endividamento, ponto 1 e 2 e especialmente o ponto 3 causa-me extremamente dúvidas, ponto 5 é saber se associações intermunicipais, se os estatutos seguem a mesma nota das outras comunidades intermunicipais, sabendo que há aqui um conjunto de questões que deveriam vir com um parecer jurídico porque têm a ver com a questão da transmissão de poderes que me parecem ser questionáveis sem um parecer jurídico e a nossa votação ter isso em atenção.”

O Sr. **Vice-Presidente** explicou que a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego é criada por imperativo legal, na sequência da publicação da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto. Esta legislação criou um único tipo de associações de fins gerais, e é o caso presente. Isto foi feito após a análise jurídica e o parecer da Comissão de Coordenação que comunicou à Associação de Municípios do Baixo Mondego a necessidade desta transformação afim de poder ter acesso à contratualização e aos fundos comunitários. Os estatutos em causa são idênticos à Lei e a qualquer outra comunidade intermunicipal. Da análise jurídica feita nos serviços detectou-se uma pequena correcção, no artigo 10.º, quando remete para o artigo 37.º está errado, deve remeter para o artigo 38.º e no artigo 35.º - Cooperação Financeira, vai ser acrescentado um ponto com a seguinte redacção: A CIMBM pode ainda estabelecer acordos, contratos-programa e protocolos com outras entidades públicas ou privadas tendo por objecto a prossecução das suas atribuições. Quanto à questão da localização da sede, é mantida como constava na Associação dos Municípios do Baixo Mondego, em Montemor-o-Velho, mas poderá mudar se assim for entendido. A Assembleia Intermunicipal, o órgão subjacente a ela, no caso do Município de Coimbra é a eleição de nove pessoas, uma vez que tem mais de 100.000 mil eleitores, conforme a Lei. A importância para o Município de Coimbra são as contratualizações e as verbas dos fundos comunitários, devendo a Assembleia Municipal ser convocada em reunião extraordinária até 15 de Novembro para a aprovação dos estatutos.

O Sr. **Vereador Pina Prata** disse: “Eu faria uma questão. A minha dúvida aqui maior tem a ver com esta questão da cobrança dos impostos municipais e o endividamento, são duas questões de essência.”

O Sr. **Vice-Presidente** respondeu dizendo que a questão da cobrança dos impostos é uma competência prevista na Lei e associada a um projecto muito antigo de as transferências de competências dessa cobrança virem para os municípios. A Lei prevê que essa cobrança possa ser feita a nível da Comunidade Intermunicipal. E destacou o caso de Valência – Espanha, como o melhor sucedido, onde esta situação ocorreu na Comunidade. O exercício dessa competência vai depender do que vier a ser a legislação específica na atribuição de competências para a cobrança e naturalmente da atitude que cada um dos municípios pretenda ver implementada. A Comissão Executiva é constituída por todos os presidentes de Câmara. Quanto à questão levantada sobre as contas, só no fecho da anterior associação é que será apresentado o respectivo relatório de contas, que virá ao Executivo.

Assim, e com base na proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente de 30/10/2008, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6297/2008 (03/11/2008):

- **Aprovar os estatutos da Nova Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta fazendo parte integrante da mesma;**
- **Remeter o presente processo à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Mário Nunes, Vítor Baptista, Álvaro Seco, Luís Vilar e Gouveia Monteiro. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Luís Providência e Pina Prata.

A intervenção do Sr. Vereador Pina Prata sobre este assunto deverá ser considerada declaração de voto.

XV - (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Este assunto foi tratado após o PONTO XIII – AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M., como então se fez referência.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art. 83.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir a ordem do dia e apreciar e votar os seguintes assuntos, não incluídos na mesma:

1. Associação recreativa e Musical de Ceira - transporte

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 1196, de 31/10/2008, do Departamento de Cultura, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 6298/2008 (03/11/2008):

- **Adjudicar aos SMUTC – Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, por ajuste directo, o transporte dos elementos da Associação Recreativa e Musical de Ceira, de Coimbra para S. Romão e regresso, no próximo dia 16 de Novembro, afim de participarem no Encontro de Bandas organizado pela Banda Academia de Santa Cecília, pelo montante de 229,53€ (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Antes de encerrar os trabalhos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 69 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o **Sr. Presidente** deu conhecimento aos Sr. Vereadores da listagem dos processos tramitados sob a égide da Departamento Municipal de Administração do Território, ao abrigo das competências por si delegadas no Sr. Vereador João Rebelo e por este subdelegadas no âmbito da referida estrutura orgânica, que ficam arquivados em anexo à presente acta fazendo parte integrante da mesma e assim distribuídos:

No período de 01 a 05 de Setembro:

Vice-Presidente, Eng.º João Rebelo

- 1 Despacho de deferimento
- 1 Despacho de notificação

Director Municipal de Administração do Território

- 11 Despachos ordenando vistoria
- 11 Despachos de deferimento
- 3 Despachos de concordo
- 1 Despacho de notificação

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

- 3 Despachos de notificação
- 2 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo

- 3 Despachos de deferimento

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização

- 11 Despachos de notificação
- 2 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 79 Despachos de notificação
- 27 Despachos de proposta de deferimento
- 13 Despachos de proposta de indeferimento
- 2 Despachos de informar o requerente
- 5 Despachos de proposta de notificação
- 1 Despacho de averbamento
- 2 Despacho de proposta de aceitação
- 1 Despacho de rejeição liminar
- 2 Despachos à consideração do Sr. Vice-Presidente
- 1 Despacho de parecer desfavorável
- 9 Despachos de consulta a entidades externas
- 3 Processos carimbados

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

- 8 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços
- 14 Despachos de notificação
- 4 Despachos de arquivamento
- 2 Despachos solicitando consulta às entidades

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

- 15 Despachos de notificação
- 6 Despachos de deferimento
- 1 Despachos de indeferimento

No período de 09 a 12 de Setembro:

Vice-Presidente, Eng.º João Rebelo

- 14 Despachos de deferimento
- 2 Despachos solicitando parecer

Director Municipal de Administração do Território

- 9 Despachos de deferimento
- 1 Despacho de indeferimento
- 5 Despachos ordenando vistoria
- 2 Despachos de concordo

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

- 20 Despachos de deferimento
- 1 Despacho de arquivamento
- 12 Despachos de notificação
- 12 Despachos de rejeição liminar

Chefe da Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo

- 3 Despachos de deferimento
- 1 Despacho de certificar
- 6 Despachos de notificação

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 76 Despachos de notificação
- 16 Despachos de proposta de deferimento
- 10 Despachos de proposta de indeferimento
- 2 Despachos de informar o requerente
- 10 Despachos de rejeição/não aceitação do pedido
- 1 Despacho de aceitação de pedido
- 1 Despacho de envio de processo a reunião de Câmara
- 16 Despachos de consulta às entidades externas
- 28 Processos carimbados

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

- 19 Despachos de notificação
- 5 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços
- 3 Despachos de arquivamento
- 3 Despachos de consulta às entidades

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

- 25 Despachos de notificação
- 1 Despacho de indeferimento
- 7 Despachos de deferimento

No período de 15 a 19 de Setembro de 2008:

Vice-Presidente, Eng.º João Rebelo

- 29 Despachos de deferimento
- 2 Despachos de notificação
- 4 Despachos de embargo
- 1 Despacho de certificar

- 1 Despacho de concordo
- 5 Despachos de indeferimento
- 2 Despachos de parecer desfavorável

Director Municipal de Administração do Território

- 7 Despachos ordenando vistoria
- 7 Despachos de deferimento
- 2 Despacho de indeferimento
- 3 Despachos de concordo
- 2 Despachos de aceitação de comunicação prévia
- 1 Despacho de rejeição do pedido

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

- 30 Despachos de notificação
- 2 Despachos de rejeição liminar
- 4 Despachos de deferimento
- 1 Despacho de certificar

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização

- 5 Despachos de notificação

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 55 Despachos de notificação
- 21 Despachos de proposta de deferimento
- 8 Despacho de proposta de indeferimento
- 3 Despachos de informar o requerente
- 1 Despacho de proposta de caducidade do processo
- 1 Despacho de averbamento
- 1 Despacho de aceitação do pedido
- 1 Despacho de rejeição do pedido
- 1 Despacho de proposta de parecer desfavorável
- 9 Despachos de consulta a entidades externas
- 7 Processos carimbados

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

- 10 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços
- 12 Despachos de notificação
- 4 Despachos de arquivamento
- 4 Despachos solicitando consulta às entidades
- 1 Despacho de deferir o pedido de averbamento

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

- 17 Despachos de notificação
- 10 Despachos de deferimento
- 1 Despacho de indeferimento
- 2 Despachos de rejeição liminar

Para constar e para os devidos e legais efeitos se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados no Átrio dos Paços do Município e demais lugares do uso e costume.

Paços do Município, 17 de Novembro de 2008

O Presidente da Câmara Municipal

(Carlos Manuel de Sousa Encarnação)

Min: GM
Dact: GM.
Conf:
Serviço Emissor: D.A.G.R.H